



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO– UFRPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEFIS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EMANUELE CAROLINE LIMEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Recife

2025

EMANUELE CAROLINE LIMEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada para o curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, desenvolvida por Emanuele Caroline Limeira, sob orientação do Prof. Tércio Amancio do Nascimento como requisito para a conclusão do curso.

Recife

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

L733c Limeira, Emanuele Caroline.

A contribuição da Educação física no desenvolvimento social e inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) : uma revisão bibliográfica / Emanuele Caroline Limeira. - Recife, 2025.

59 f : il.

Orientador(a): Tércio Amancio do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação Física, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. Educação física escolar. 2. Transtorno do espectro autista .
3. Inclusão escolar 4. Socialização 5. Desenvolvimento social
I. Nascimento, Tércio Amancio do, orient. II. Título

CDD 796

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EMANUELE CAROLINE LIMEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Aprovado em 13 de março de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Tércio Amancio do Nascimento
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Orientador

Prof. Rachel Costa de Azevedo Mello
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinador I

Prof. Gliciane Priscila Gomes da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
Examinador II

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, minha eterna rocha e minha sustentação, por cada passo, cada conquista, cada respiro que me trouxe até aqui. Foi, com certeza, a mão d'Ele que guiou o meu caminho. Não existe mérito que não seja pela Sua graça. Agradeço por ter transformado todos os meus sonhos em realidade, mesmo quando minhas forças pareciam se esgotar a presença do Senhor me faz acreditar.

À minha mãe, e sim, é um grande clichê chamá-la de “minha heroína”, por todos os dias que começavam antes mesmo do amanhecer, com todo o seu cansaço. Reconheço quantas vezes você o deixou de lado para que o meu não me consumisse. Por suas palavras, que sempre carregavam esperança, mesmo quando minha vontade de desistir falava mais alto. Você é, e sempre será, a força que me ensinou a nunca desistir, mesmo quando o caminho parecia impossível.

Aos meus amigos, “faróis em meio às tempestades e risos em dias leves”: Fernanda Malagueta, Mirelly Xavier, Emilly de Lima, Victor Hugo, Caroline Pedroso, Carlos Jacques, Rute Ferreira, Carlos André, Paloma Victória e Alanna Kerolayne. Cada um de vocês carrega um pedaço desta história. Aos que não nomeio aqui, mas permanecem gravados no coração, peço perdão, mas saibam que nenhum apoio ao longo da minha caminhada foi esquecido.

Wendel, Edson, Willyane, Beatriz e Thiago Almeida: vocês coloriram meus dias na reta final da faculdade. Com conversas e acolhimento, mostraram que, nos momentos mais sombrios, a luz da amizade sempre encontra brechas para nos salvar.

À equipe do Colégio Dom, onde estagiei em meu último ano, especialmente Suzany, Helena, Sophia, Karine, Denise, Alberto, Jacira e Mary: vocês não só me ensinaram a ensinar, mas revelaram que a educação vai muito além das paredes de uma sala de aula. Agradeço, inclusive, pela sorte de ganhar a amizade e o respeito de cada um e de cada uma. E aos meus alunos, que carinhosamente me chamam de “tia Manu”: são vocês que me lembram, todos os dias, por que escolhi essa profissão. Cada sorriso, cada abraço, cada desafio é um motivo para amar vocês, e amar ainda mais o que faço e para levantar todos os dias com um propósito.

À minha família, alicerces invisíveis, mas presente em cada escolha: obrigada por serem meu porto seguro. Mesmo quando não entendiam meus silêncios, todo apoio ficou gravado no meu coração.

À minha avó, Severina Pessoa, por todas as orações, palavras de motivação

e conforto, por toda a preocupação e cuidado. E, em especial, ao meu primo Maxsuel Alves: você foi mais que família, foi, e é, uma figura essencial da minha jornada. Por todos os socorros atendidos às pressas, por ser aquele “pode contar comigo” que nunca falhou. Você carrega consigo a rara habilidade de transformar gestos simples em pilares inabaláveis.

À Agatha, minha irmã: Agradeço a disponibilidade em compartilhar seu conhecimento ao longo da minha trajetória acadêmica, mesmo quando nossas rotinas nem sempre se cruzaram. Sua habilidade para explicar conceitos complexos com clareza foi fundamental em momentos decisivos da minha jornada. Saiba que cada contribuição fez diferença em minha vida, inclusive na construção deste trabalho.

Ao professor Tércio, orientador e parceiro nessa jornada: Sua paciência foi essencial para a construção desta pesquisa. Você não apenas guiou meu trabalho acadêmico, como também respeitou meus tempos e fragilidades, mostrando que orientar é, também, um gesto de cuidado.

Por fim, a todos que cruzaram meu caminho, direta ou indiretamente: Esta conquista não é só minha; é um mosaico das mãos que me ergueram, das palavras que me impulsionaram e das pessoas que acreditaram em mim. Que cada um aqui citado saiba: vocês são parte desta história, escrita com muito suor, desesperos e algumas dificuldades, mas, acima de tudo isso, com muita fé e gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema as contribuições da Educação Física para o desenvolvimento social e a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), analisando como as práticas pedagógicas dessa disciplina podem favorecer a socialização no contexto escolar. A problemática que norteou o estudo foi: qual é a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? O objetivo geral é analisar a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social e a inclusão de crianças com TEA. Definimos como objetivos específicos: 1) Compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA); 2) Compreender a relação entre Educação Física e inclusão escolar; 3) Compreender a relação entre Educação Física e desenvolvimento social; e 4) Analisar como as práticas pedagógicas dessa disciplina podem favorecer a socialização e a inclusão escolar no contexto educacional. A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com análise de artigos científicos selecionados a partir de critérios previamente definidos. A fundamentação teórica baseou-se nas contribuições de Vygotsky e Piaget, além de estudos sobre inclusão escolar e metodologias pedagógicas voltadas ao TEA. Os resultados evidenciaram que a Educação Física, quando planejada com estratégias inclusivas — como jogos estruturados, atividades psicomotoras e a psicomotricidade relacional —, favorece a interação social, melhora a comunicação e reduz comportamentos de isolamento entre crianças com TEA. No entanto, a pesquisa também destacou desafios, como a falta de capacitação docente, a escassez de recursos pedagógicos adaptados e a necessidade de maior suporte institucional para viabilizar a inclusão de maneira eficaz. Conclui-se que a Educação Física pode ser um componente curricular essencial no desenvolvimento social de crianças com TEA, desde que sustentada por práticas pedagógicas inclusivas e respaldada por políticas educacionais que garantam suporte adequado a professores e alunos — contribuindo, assim, para um ambiente verdadeiramente inclusivo e propício ao desenvolvimento social desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Física; Transtorno do Espectro Autista; inclusão escolar; socialização; desenvolvimento social.

ABSTRACT

This research addresses the contributions of Physical Education to the social development and school inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), analyzing how pedagogical practices in this subject can foster socialization in the school context. The guiding question was: What is the contribution of Physical Education to the social development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD)? The general objective is to analyze the contribution of Physical Education to the social development and inclusion of children with ASD. The specific objectives are: (1) to understand Autism Spectrum Disorder (ASD); (2) to examine the relationship between Physical Education and school inclusion; (3) to investigate the relationship between Physical Education and social development; and (4) to analyze how pedagogical practices in this discipline can promote socialization and school inclusion in the educational context. The methodology adopted was a qualitative bibliographic review, with analysis of scientific articles selected according to previously defined criteria. The theoretical framework was based on the contributions of Vygotsky and Piaget, as well as studies on school inclusion and pedagogical methodologies focused on ASD. The results indicated that Physical Education, when planned with inclusive strategies — such as structured games, psychomotor activities, and relational psychomotricity — fosters social interaction, improves communication, and reduces isolation behaviors among children with ASD. However, the research also highlighted challenges, such as the lack of teacher training, the scarcity of adapted pedagogical resources, and the need for greater institutional support to make inclusion effective. It is concluded that Physical Education can be an essential curricular component in the social development of children with ASD, provided it is supported by inclusive pedagogical practices and reinforced by educational policies that ensure adequate support for teachers and students — thus contributing to a truly inclusive environment conducive to the social development of these students.

Keywords: Physical Education; Autism Spectrum Disorder; School Inclusion; Socialization; Inclusive Methodologies

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PROBLEMA DE PESQUISA	12
3	HIPÓTESE	13
4	OBJETIVOS	14
	4.1 Objetivos Gerais	14
	4.2 Objetivos Específicos	14
5	REFERENCIAL TEÓRICO	15
	5.1 Educação Física e Inclusão Escolar	15
	5.2 Transtorno do espectro Autista (TEA)	21
	5.3 Educação Física e o Desenvolvimento Social	23
	5.4 Metodologias Inclusivas na Educação Física	27
6	METODOLOGIA DA PESQUISA	30
7	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	32
8	RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca investigar as contribuições que a Educação Física oferece para o desenvolvimento social e a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o interesse por este estudo nasceu da minha vivência com familiares e amigos, alinhado com a paixão sobre o tema durante minhas vivências nos estágios ao decorrer da minha graduação, então a partir dessas experiências me surgiu a questão: como a Educação Física pode contribuir para o desenvolvimento social e a inclusão escolar de crianças com TEA? A experiência universitária, somada ao convívio pessoal com crianças que possuem o transtorno, evidenciou o potencial transformador da atividade física como componente curricular inclusivo e me despertou a curiosidade de entender de que forma isso pode acontecer. Sendo assim, este estudo busca contribuir para a compreensão e ampliação das práticas pedagógicas voltadas a esse público, promovendo reflexões que possam beneficiar alunos, professores e toda a comunidade escolar.

A presença de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas tem despertado cada vez mais atenção e reflexões importantes. Fala-se muito sobre inclusão, mas, na prática, o processo ainda enfrenta diversos desafios — especialmente quando se trata de preparar os professores e adaptar as metodologias de ensino. De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que envolve dificuldades na comunicação, limitações na interação social e comportamentos repetitivos ou restritos, esses estudos apontam que cerca de 1% da população mundial está dentro do espectro, o que reforça o quanto é urgente e necessário repensar práticas pedagógicas que realmente funcionem no dia a dia escolar e que promovam uma inclusão de fato, e não apenas no papel.

No ambiente escolar, é comum que crianças com TEA encontrem dificuldades para criar vínculos e se relacionar com os colegas. Como aponta Almeida (1997), quando uma criança é rejeitada pelo grupo, as chances dela desenvolver problemas socioemocionais são maiores do que nas situações em que ela é bem aceita.

Nesse cenário, a Educação Física pode ter um papel transformador. Por ser uma disciplina baseada em movimento, interação e troca entre os alunos, ela oferece um espaço propício para estimular a socialização e o desenvolvimento de

habilidades importantes para a convivência. Aprender a se comunicar, reconhecer emoções e cooperar com os outros são competências essenciais para qualquer criança — e, para aquelas dentro do espectro autista, esses momentos de interação podem ser especialmente valiosos. Além disso, a prática regular de atividades físicas contribui para reduzir o sedentarismo, o que é importante não só para o bem-estar geral, mas também para a saúde física e emocional de crianças com TEA (Memari *et al.*, 2015).

Mas vale lembrar que a inclusão real ultrapassa a presença dentro da sala de aula, ela exige a participação ativa do aluno, que precisa do sentimento de pertencimento e estratégias pedagógicas que respeitem as singularidade de cada um dos indivíduos. Como destaca Freire (2008), “A inclusão não pode se restringir ao espaço físico, mas deve abranger aspectos sociais e pedagógicos” (p. 54). Por isso, é essencial que os professores estejam atentos e preparados para desenvolver abordagens que favoreçam a interação e o crescimento social dos alunos com TEA — tornando a Educação Física um espaço de acolhimento, aprendizado e inclusão real.

As contribuições da Educação Física para o desenvolvimento social podem ser compreendidas a partir das ideias de Vygotsky (1991), que destacou o papel central da interação social no processo de aprendizagem. Segundo o autor, o desenvolvimento infantil acontece por meio do convívio com os outros e da construção compartilhada do conhecimento dentro do ambiente escolar.

Para crianças que enfrentam dificuldades nessa interação, como é o caso das que estão dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), o papel do professor como mediador e o envolvimento dos colegas ganham ainda mais relevância. Essas interações são fundamentais para promover avanços na comunicação e no comportamento social.

Lord e Rutter (2003) também apontam que, apesar dos desafios que essas crianças enfrentam para se socializar, intervenções bem estruturadas e pensadas com intencionalidade inclusiva podem gerar melhorias significativas nas suas relações interpessoais. Complementando essa perspectiva, Freire (2008) ressalta que a Educação Física, quando planejada com foco na inclusão, pode estimular valores como empatia, diálogo e cooperação — aspectos essenciais para a formação social de todos os alunos.

Mais do que uma disciplina voltada ao movimento, a Educação Física precisa ser um espaço onde todas as crianças possam crescer, aprender e se sentir parte.

As atividades em grupo não só desenvolvem habilidades motoras, mas também fortalecem as competências sociais, para as crianças com TEA isso pode significar a oportunidade de criar laços, compreender regras e se comunicar melhor com os colegas, experiências fundamentais para sua trajetória escolar e social.

No Brasil, a Educação Física no Ensino Fundamental ocupa um lugar importante na formação completa dos alunos, entretanto, apesar dos avanços ainda existem muitos desafios quando se trata de colocar em prática propostas realmente inclusivas. Essa realidade evidencia a importância de se investigar tanto os potenciais quanto as limitações da Educação Física no contexto da inclusão escolar, além de pensar em estratégias metodológicas que tornem as aulas mais acessíveis e eficazes para todos.

As políticas públicas têm um papel fundamental nesse processo, diante disso a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) garante o direito das crianças com deficiência de participarem de todas as atividades escolares e isso inclui, naturalmente, as aulas de Educação Física. Mas, na prática, nem sempre essas diretrizes são plenamente aplicadas, como já alertava Freire (2014), inclusão não é apenas garantir presença física na escola: é também assegurar a participação social e pedagógica dos alunos, fazendo com que se sintam realmente integrados e valorizados no ambiente educacional.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social de crianças com TEA no ambiente escolar e para isso, busca-se compreender as particularidades do comportamento social dessas crianças, explorar o papel da Educação Física como componente curricular inclusivo, identificar os benefícios das atividades físicas adaptadas, investigar os desafios enfrentados pelos professores e propor estratégias pedagógicas eficazes.

As atividades físicas adaptadas oferecem um ambiente dinâmico e interativo, no qual as crianças podem experimentar formas de comunicação e interação que vão além da linguagem verbal, a partir disso Sherrill (2004) complementa que a atividade física adaptada não apenas aprimora a motricidade, mas também desempenha um papel fundamental na inclusão social e no fortalecimento da autoestima dos alunos com deficiência, onde as práticas inclusivas bem estruturadas são capazes de promover interações sociais mais significativas, estimulando a cooperação e a aceitação das diferenças no ambiente escolar.

Entretanto, a escolha deste tema se justifica pela escassez de estudos que

relacionam a prática da Educação Física ao desenvolvimento social e à inclusão escolar de crianças com TEA, especialmente no contexto do Ensino Fundamental, fase crucial para a aquisição de habilidades socioemocionais.

Gallahue e Ozmun (2005) argumentam que a Educação Física pode ser um espaço de respeito às diferenças individuais, transformando-as em oportunidades de crescimento coletivo, essa perspectiva reforça o potencial inclusivo da disciplina, desde que sejam adotadas práticas pedagógicas que valorizem a interação e o fortalecimento dos laços interpessoais.

Sendo assim, este estudo pretende contribuir para o campo da Educação Física inclusiva, oferecendo subsídios teóricos e práticos a professores, pesquisadores e gestores educacionais, ao destacar o desenvolvimento social como eixo central, busca-se demonstrar que a inclusão vai além do acesso escolar, abrangendo também a construção do pertencimento e da participação ativa no ambiente educacional. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa auxilie na formulação de estratégias que tornem a Educação Física um espaço verdadeiramente inclusivo, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento social das crianças com TEA.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

- Qual a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social e inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

3 HIPÓTESE

A educação física tem impactos positivos para o desenvolvimento social da criança com transtorno do espectro autista.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVOS GERAL

- Analisar a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social e a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
- Analisar a contribuição da Educação Física para a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) dentro do ambiente escolar.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA);
2. Compreender a relação entre Educação Física e inclusão escolar;
3. Compreender a relação entre Educação Física e desenvolvimento social;
4. Analisar como as práticas pedagógicas do componente curricular Educação Física podem favorecer a socialização e inclusão escolar no contexto escolar.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR

Neste tópico, buscamos compreender a relação entre a Educação Física e a inclusão escolar. Para isso, abordaremos como a Educação Física tem se consolidado, ao longo dos anos, como um elemento essencial nesse processo, desempenhando um papel fundamental na promoção da socialização e no incentivo à participação ativa de todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (Declaração de Salamanca, 1994, p. 61).

Com base nesse entendimento, fica clara a necessidade de adaptação curricular e metodológica para garantir o acesso efetivo ao aprendizado, sendo fundamental que os educadores estejam preparados para promover uma educação inclusiva que vá além da simples inserção do aluno na escola, assegurando sua participação ativa e significativa no processo de ensino-aprendizagem. A Educação Física pode ser uma grande aliada no desenvolvimento social de crianças com TEA, pois, por meio do movimento e da interação, possibilita a criação de laços sociais e a ampliação das habilidades comunicativas. Além disso, suas atividades são estruturadas de forma a permitir que esses alunos experimentem diferentes formas de comunicação e aprendam a lidar com regras e interações em grupo.

A disciplina de Educação Física abrange um contexto fundamental da vida escolar dos alunos, proporcionando bem-estar, sensação de prazer, interação social, interação com comunidade, auxiliando na formação de amizades, desenvolvendo habilidades motoras, cognitivas, aptidão física e afeto, o que se torna um grande benefício para o corpo e a mente. (Cruz; Cunha; Amaral, 2022).

A partir dessa perspectiva, é possível perceber que a prática da Educação Física, quando planejada de forma inclusiva, favorece o engajamento social dessas crianças e estimula sua regulação emocional, sendo essencial para que possam interagir com mais segurança e autonomia no ambiente escolar, evitando situações

de isolamento e promovendo experiências enriquecedoras. Entretanto, para que a Educação Física seja realmente inclusiva, os professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade e adaptar as atividades às necessidades de cada aluno. É por meio de novas estratégias pedagógicas, que utilizam suportes visuais, instruções claras e reforço positivo, que se pode fazer grande diferença na forma como esses alunos se envolvem nas aulas.

O uso de metodologias inclusivas, como jogos cooperativos e dinâmicas em grupo, também tem se mostrado fundamental para potencializar o desenvolvimento social de crianças com TEA. Vygotsky (1978) defende a importância dos jogos no desenvolvimento social e cognitivo das crianças.

As atividades que desencadeiam desafios, incentivos e novidades; como brincadeiras, jogos, desenhos, contação de histórias e construção de materiais, propiciam avanços em operações mentais mais complexas, motivando as crianças a conversar, negociar, imaginar, criar, imitar e explorar o meio. Quanto maiores forem as oportunidades, melhores serão as chances de as crianças aprenderem e se desenvolverem. A importância do trabalho com o lúdico auxilia a criança a atribuir sentido a sua experiência, de forma a criar pontes significativas com outros conteúdos (Vygotsky, 1978, p. 284).

Ao adotar atividades adaptadas, como circuitos motores e esportes modificados, os professores proporcionam oportunidades para que todos os alunos participem ativamente das aulas, independentemente de suas limitações. Isso contribui para uma experiência escolar mais positiva e incentiva a continuidade da prática esportiva além da escola. Além das adaptações pedagógicas, o apoio da família e a mediação dos professores são essenciais para que a inclusão na Educação Física ocorra de forma efetiva.

A cooperação entre os alunos, incentivada por estratégias como o ensino colaborativo, pode ser uma ferramenta importante para fortalecer a socialização das crianças com TEA. É por meio de um ambiente inclusivo que a criança desenvolve interesse, afetividade, criatividade e sociabilidade (Cunha, 2020), promovendo a interação entre os alunos e estimulando o aprendizado conjunto. A teoria histórico-cultural de Vygotsky oferece um embasamento teórico relevante para compreender a importância desse processo. Vygotsky (1984) ensina que

O desenvolvimento ocorre na interação com o outro, por meio da internalização de experiências compartilhadas. O conhecimento não é construído isoladamente, mas no contexto social, onde as relações interpessoais e a mediação pedagógica desempenham um papel essencial na formação dos indivíduos. (Vygotsky, 1984, p. 121)

A Educação Física, nesse sentido, deve criar contextos escolares que promovam a colaboração e a participação ativa das crianças com TEA. Para que isso aconteça de forma eficaz, as políticas públicas desempenham um papel essencial, fornecendo suporte aos professores e garantindo recursos para a inclusão desses alunos.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar a todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo 'necessidades educacionais especiais'. [E prossegue:] A inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tema dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos." (Mittler, 2003, p. 16- 17)

Dessa forma, percebe-se que a inclusão de crianças com TEA na Educação Física requer um trabalho conjunto entre escola, professores, famílias e sociedade. Com estratégias adequadas, suporte pedagógico e políticas públicas eficazes, é possível transformar a experiência educacional desses alunos, garantindo que tenham oportunidades reais de aprendizado e interação social. A Educação Física, quando planejada de forma inclusiva, pode ser um poderoso instrumento de desenvolvimento social, permitindo que as crianças com TEA se sintam parte do ambiente escolar e construam relações significativas que contribuam para sua formação como cidadãos.

Sendo a Educação Física muito mais do que um espaço destinado apenas ao desenvolvimento motor, essa disciplina assume um papel pedagógico relevante ao possibilitar que as crianças vivenciem experiências coletivas, aprendam a respeitar as diferenças e desenvolvam um senso de pertencimento dentro da escola. Ferreira (2018) defende que:

A prática da Educação Física inclusiva possibilita o desenvolvimento motor e cognitivo, além de contribuir para a construção da identidade social dos estudantes. Por meio das atividades físicas adaptadas, os alunos podem explorar novas formas de interação, superar desafios e desenvolver um senso de pertencimento dentro do ambiente escolar. (Ferreira, 2018, p. 45)

Ao observar essa afirmação percebe-se que a Educação Física vai muito

além da dimensão do movimento corporal, tornando-se um recurso importante para fortalecer a identidade dos alunos e sua conexão com o ambiente escolar. Dessa forma, garantir que todas as crianças tenham acesso e participem ativamente dessa disciplina é um passo essencial para promover uma escola mais empática e inclusiva.

A inclusão escolar, no entanto, não pode ser entendida apenas como a presença física do aluno em sala de aula, devendo ser encarada de forma abrangente, como um processo que envolve acolhimento, adaptação e participação ativa e significativa. Quando o aluno sente que faz parte do grupo, as barreiras para a aprendizagem e o desenvolvimento social são reduzidas. Por isso, Mantoan (2006) argumenta que:

A inclusão não se limita à presença do aluno na escola, mas envolve sua participação efetiva e significativa no processo de aprendizagem. O verdadeiro sentido da inclusão está na construção de práticas pedagógicas que permitam a esses alunos desenvolverem suas habilidades e ampliarem suas interações sociais de forma equitativa (Mantoan, 2006, p. 101)

A afirmação da autora reforça a necessidade de um ensino que vá além do tradicional, implementando abordagens pedagógicas que considerem as necessidades e especificidades de cada aluno. A Educação Física, ao proporcionar vivências coletivas por meio do jogo, da cooperação e do movimento, representa um espaço privilegiado para que essa participação seja estimulada de maneira natural e significativa. Entretanto, para que a Educação Física desempenhe esse papel com eficácia, é imprescindível que sua prática seja estruturada de forma planejada e acessível.

Acreditamos que a escola e seus diferentes ambientes e espaços se configuram a partir das diferenças existentes entre os sujeitos. Essas dicotomias humanas proporcionam a expressão de novas formas de conhecimento nas relações estabelecidas, proporcionando e potencializando diferentes maneiras de convivência que resultam em sentimentos humanos como respeito, compaixão, cooperação, entre outros, efetivando a inclusão sob viés humanizado, olhando, pensando e agindo para, pelo e com o outro (Barreto; Silva; Souza, 2023, p. 4).

Essa observação destaca a importância de estratégias pedagógicas que incentivem a participação equitativa de todos os estudantes, pois a falta de planejamento adequado pode resultar na exclusão involuntária de alunos que necessitam de adaptações específicas. Assim, a Educação Física inclusiva precisa ser intencionalmente estruturada para permitir que cada criança, independentemente

de suas limitações se sinta parte do processo educacional, vivenciando-o de forma conjunta.

Além do planejamento, a inclusão na Educação Física deve estar alinhada às políticas públicas que garantem a equidade no acesso ao ensino. É fundamental que haja respaldo legal, pois isso assegura que a inclusão não dependa apenas da vontade do professor ou da instituição, mas de diretrizes educacionais estabelecidas em âmbito nacional.

O papel da legislação na garantia de direitos é inegável; entretanto, na prática, muitos desafios ainda persistem, como a falta de infraestrutura adequada, o despreparo de alguns profissionais e a ausência de suporte especializado para alunos com deficiência. De fato, é necessário um compromisso contínuo por parte das instituições educacionais e da sociedade para que a inclusão nas aulas de Educação Física seja realizada de forma coerente.

Outro ponto essencial na promoção da inclusão na Educação Física é o entendimento de que a aprendizagem ocorre no contexto da interação social. O ser humano aprende com o outro e, por meio das trocas interpessoais, constrói conhecimento e desenvolve suas habilidades.

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre duas vezes: primeiro, a nível social, e depois, a nível individual; primeiro, entre as pessoas (interpsicológico), e depois, no interior da criança (intrapsicológico). Isto se aplica igualmente ao pensamento científico complexo, ao desenvolvimento da memória e da atenção voluntária, ao desenvolvimento da vontade e ao controle voluntário das emoções. (Vygotsky, 2007)

Com base nessa concepção, fica evidente que a interação social deve ser incentivada de forma estruturada nas aulas de Educação Física, principalmente para alunos que apresentam dificuldades na comunicação e no convívio social, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A criação de ambientes que estimulem essas interações contribui significativamente para o desenvolvimento integral desses estudantes. A Educação Física conta com o aspecto lúdico e prazeroso de suas aulas, o que a torna ainda mais eficaz como componente curricular para a inclusão. Kishimoto (2011) observa que:

O jogo é uma ferramenta pedagógica poderosa que favorece o desenvolvimento da criança, respeitando seu ritmo e potencializando a interação entre os pares. O brincar permite que os alunos desenvolvam habilidades sociais, cognitivas e motoras, criando um ambiente favorável para a troca de experiências. Dessa maneira, os jogos na Educação Física são fundamentais para fortalecer os vínculos interpessoais e promover a inclusão. (Kishimoto, 2011, p. 205)

A importância dos jogos na Educação Física inclusiva reside no fato de que eles possibilitam a criação de um ambiente em que as diferenças são minimizadas e todos podem participar em igualdade de condições. O jogo, quando bem conduzido, torna-se um instrumento valioso de aprendizagem e socialização. Investir na Educação Física inclusiva significa apostar em uma escola mais justa, equitativa e democrática, capaz de proporcionar um ambiente acolhedor e acessível a todos os estudantes. Mantoan (2015) enfatiza que:

A inclusão não pode ser um processo isolado, mas deve permear toda a estrutura escolar, garantindo igualdade de oportunidades e reconhecimento das diferenças. Para que a Educação Física cumpra seu papel de promotora da inclusão, é essencial que os educadores recebam apoio e recursos adequados, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma aprendizagem significativa socialmente enriquecedora. (Mantoan, 2015, p. 188).

Assim, a Educação Física escolar tem potencial para transformar realidades, proporcionando aos alunos não apenas o desenvolvimento físico, mas também a oportunidade de aprender a conviver, compartilhar e respeitar o outro. Para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental que gestores, professores e toda a comunidade escolar estejam comprometidos em tornar a inclusão um princípio central da prática pedagógica.

[...] a gente vê que tem cuidadores que têm uma formação, que tem interesse em estar naquela área atuando e contribuindo para o processo pedagógico do aluno, mas em contrapartida a gente tem contratação de funcionários que não tem vínculo como cenário da educação, nunca participaram de uma formação que fale das especificidades da educação especial e desse público alvo [...] não sabem de fato como lidar com a situação, como mediar o processo pedagógico, como fazer com que o menino participe das atividades, para que essa inclusão aconteça (Bezerra, 2019, p. 41).

Diante do aumento da prevalência do TEA, é indispensável que a educação inclusiva seja fortalecida, garantindo que crianças com autismo tenham acesso a um ensino de qualidade, com suporte adequado para seu desenvolvimento. A Educação Física pode desempenhar um papel transformador no desenvolvimento social dessas crianças, pois oferece um espaço em que o aprendizado ocorre de forma mais natural e interativa. Atividades estruturadas, como jogos cooperativos e esportes adaptados, facilitam a comunicação e incentivam o engajamento social. “No que à educação motora concerne, a criança com autismo, inicialmente receosa e alienada, vai desenvolvendo o equilíbrio corporal, a autoconfiança e a socialização,

esperando a sua vez, imitando movimentos e adaptando-se às regras de jogos” (Furieux *et al.*, 1979)

Além disso, a prática regular de atividades físicas pode contribuir para a regulação emocional, ajudando a reduzir a ansiedade e a melhorar a capacidade de adaptação ao ambiente escolar. Para que essa abordagem seja eficaz, entretanto, é essencial que os professores estejam capacitados para lidar com a diversidade e adaptar as atividades às necessidades dos alunos com TEA.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais de nossas escolas [...] (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (Mantouan, 2003, p. 32).

A implementação de estratégias pedagógicas inclusivas, como metodologias colaborativas, jogos em equipe e apoio visual, tem se mostrado um dos caminhos mais eficazes para garantir que os alunos com TEA participem das aulas de forma significativa e desenvolvam suas habilidades sociais progressivamente.

O aumento da prevalência do TEA destaca a urgência de assegurar um ensino verdadeiramente inclusivo, no qual as diferenças sejam respeitadas e as necessidades individuais atendidas. Para que isso aconteça, é fundamental que escola, professores e famílias atuem de forma conjunta, criando ambientes de apoio que permitam às crianças com TEA desenvolverem plenamente seu potencial.

A Educação Física, quando planejada de forma inclusiva, pode se tornar um poderoso instrumento de socialização, ajudando esses alunos a se sentirem parte ativa do ambiente escolar. Com suporte pedagógico adequado, políticas públicas eficazes e capacitação contínua dos professores, é possível transformar a experiência educacional dessas crianças, garantindo-lhes acesso a um aprendizado significativo, a interações sociais enriquecedoras e a uma melhor qualidade de vida.

5.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por desafios na comunicação, interação social e padrões de comportamento repetitivos. O espectro autista abrange uma ampla variação de manifestações, tornando cada indivíduo único em suas necessidades e

formas de aprendizado (Mercadante; Rosário, 2009). Nesse sentido, buscando compreender percebe-se que não há um único modelo de ensino que atenda a todas as crianças com TEA, sendo essencial adoção práticas pedagógicas flexíveis e personalizadas para cada indivíduo, onde a escola tem um papel crucial no desenvolvimento desses alunos, devendo oferecer um ambiente estruturado e acolhedor para estimular suas habilidades cognitivas e sociais.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (Declaração de Salamanca, 1994, p. 61).

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA é classificado como um transtorno caracterizado por déficits persistentes na interação e na comunicação social, além da presença de padrões de comportamento restritos e repetitivos (APA, 2013). Segundo esse manual, o diagnóstico do TEA baseia-se nos seguintes critérios:

- a) Déficit na comunicação e interação social em múltiplos contextos, incluindo dificuldades no uso de linguagem não verbal, no desenvolvimento de relações interpessoais e na reciprocidade sócio-emocional.
- b) Padrões de comportamento restritos e repetitivos, interesses fixos e hiper ou hipo reatividade a estímulos sensoriais.
- c) Os sintomas devem estar presentes desde a primeira infância comprometer o funcionamento social e acadêmico. (APA, 2013, p. 50)

Essa classificação reforça que o TEA não é uma condição homogênea, e nos ajuda a entender que é um transtorno com manifestações variadas, que exigem abordagens educacionais adaptáveis. Os sintomas do TEA geralmente surgem nos primeiros anos de vida e se manifestam de diferentes formas, algumas crianças podem apresentar atraso no desenvolvimento da fala, dificuldades na compreensão de gestos e expressões faciais, além de desafios na interação com outras crianças. Outras podem apresentar comportamentos como hiperfoco em temas específicos, apego a rotinas rígidas e reações exageradas a estímulos sensoriais — como sons, texturas e luzes. “O autismo necessariamente apresenta um prejuízo marcado e permanente na interação social, alterações da comunicação e padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses, que devem estar presentes antes dos três anos de idade.” (Mercadante; Rosário, 2009).

Esse cenário demonstra a necessidade de estratégias educacionais que levem em consideração as particularidades do TEA, promovendo ambientes de aprendizagem estruturados, previsíveis e acolhedores. O diagnóstico clínico do TEA deve ser realizado por profissionais especializados, no Brasil muitas crianças ainda enfrentam desafios no acesso a esse diagnóstico, seja por falta de informação das famílias, demora no encaminhamento médico ou dificuldade em obter acompanhamento especializado.

Além disso, a prevalência do TEA tem aumentado nas últimas décadas, gerando maior demanda por inclusão escolar e adaptações pedagógicas. Segundo dados do CDC (*Centers for Disease Control and Prevention*), em 2000 estimava-se que 1 em cada 150 crianças era diagnosticada com TEA, já em 2012, esse número passou para 1 em cada 36 crianças, indicando um crescimento expressivo (CDC, 2023). Esse aumento pode ser atribuído ao avanço nas pesquisas sobre autismo, à ampliação dos critérios diagnósticos e à maior conscientização sobre o transtorno.

[...] a gente vê que tem cuidadores que têm uma formação, que tem interesse em estar naquela área atuando e contribuindo para o processo pedagógico do aluno, mas em contrapartida a gente tem contratação de funcionários que não tem vínculo como cenário da educação, nunca participaram de uma formação que fale das especificidades da educação especial e desse público-alvo [...] não sabem de fato como lidar com a situação, como mediar o processo pedagógico, como fazer com que o menino participe das atividades, para que essa inclusão aconteça (Bezerra, 2019, p. 41).

5.3 EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nesse tópico, buscamos compreender a relação entre educação física e desenvolvimento social, o que significa aprofundar como o desenvolvimento social é um aspecto essencial na formação integral das crianças, pois influencia diretamente suas habilidades de comunicação, interação com as pessoas e construção de identidade. Desde o momento dos primeiros anos de vida, da primeira infância, que as interações interpessoais e as experiências socioculturais desempenham um papel determinante na forma como os indivíduos percebem a si mesmos e ao outro. Nesse contexto, Piaget ressalta que:

O desenvolvimento social ocorre a partir das interações da criança com o meio, sendo crucial para a construção de sua identidade e autonomia. A participação ativa no ambiente escolar, especialmente em atividades que envolvem cooperação e troca de experiências, permite que a criança amplie seu repertório social e fortaleça sua capacidade de adaptação aos diferentes contextos. (Piaget, 1973, p. 89).

A escola, portanto, tem entre suas responsabilidades criar um ambiente que estimule o desenvolvimento dessas competências, oferecendo aos alunos diversas oportunidades para vivenciar formas diferentes de interação e aprender a enfrentar os desafios sociais de maneira saudável e construtiva. Nesse sentido, a Educação Física se destaca como uma das disciplinas mais eficazes para promover o desenvolvimento social das crianças, já que suas atividades são baseadas na colaboração, na comunicação e no respeito mútuo. Além disso, o caráter lúdico das aulas cria um espaço favorável para que os alunos aprimorem suas habilidades socioemocionais e ganhem mais segurança para se relacionar com os colegas.

Observa-se assim que jogos e brinquedos pertencem à vida infantil, uma vez que a vivência decorre na fantasia pelo encantamento, de alegria onde sonhos, ilusões e realidade se misturam. O prazer de viver surge através das brincadeiras e dos jogos possibilitando o enfrentamento dos obstáculos e desafios. Favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e moral (Piaget, 1972).

Assim, fica claro que a Educação Física vai além do desenvolvimento motor, tendo um papel importante no fortalecimento das relações sociais e na promoção da inclusão, principalmente para crianças que enfrentam desafios na interação, como aquelas com diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Essas crianças podem ter dificuldades na comunicação e na socialização, o que torna fundamental o uso de estratégias pedagógicas adaptadas para assegurar sua participação ativa nas aulas de Educação Física.

A atividade física adaptada é um corpo de conhecimentos Cross disciplinar dirigido à identificação e solução de problemas psicomotores ao longo do período vital. Esses problemas podem ter origem no indivíduo em si ou no ambiente. Entretanto, só se tornam visíveis à medida que as demandas de tarefas não são satisfeitas devido a limitações ou atraso nas funções adaptativas. A Atividade Adaptada é composta de uma variedade de áreas de conhecimento com teorias e modelos, ferramentas de ensino e de reabilitação específicas, além de prestar serviços limitados a competências profissionais especializadas. (Mauerberg-de-Castro, 2005, p. 28)

Evidencia-se a importância de práticas pedagógicas que considerem as particularidades de cada aluno, respeitando suas limitações, mas também incentivando seu desenvolvimento social e valorizando sua autonomia dentro do ambiente escolar. Para que a Educação Física desempenhe um papel inclusivo de forma efetiva, é fundamental que os professores recebam capacitação adequada e tenham acesso a metodologias diferenciadas que facilitem a adaptação das

atividades.

A formação continuada se apresenta como um dos pilares fundamentais para o aperfeiçoamento profissional. Trata-se de um dos mais importantes caminhos para que os professores adquiram novos conhecimentos teóricos e práticos, aprimorando suas práticas pedagógicas e elevando a qualidade do processo de ensino aprendizagem a um novo patamar (Santos; Sá; 2021)

Sendo assim, a inclusão não deve ser apenas um princípio teórico, mas uma prática constante e ativa dentro das escolas, que garanta a real participação dos alunos com TEA em todas as atividades propostas. As interações mediadas durante as aulas de Educação Física desempenham um papel essencial no desenvolvimento social dessas crianças, e contar com um ambiente estruturado e acolhedor, onde a criança se sinta segura para se expressar e interagir, é um fator determinante para seu progresso social.

O adulto, na figura do professor que na instituição infantil ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. (RCNEI, 1998)

Ao implementar essas práticas, os professores tornam as aulas mais acessíveis e fortalecem o senso de pertencimento dos alunos com TEA, garantindo que eles se sintam parte ativa do ambiente escolar. Além dos benefícios sociais, a Educação Física exerce um impacto significativo no bem-estar emocional das crianças, sendo fundamental para a regulação da ansiedade e a melhoria da disposição geral. A prática regular de atividades físicas contribui não apenas para esses aspectos, mas também para a organização dos estímulos sensoriais e a adaptação ao ambiente escolar, tornando o dia a dia mais previsível e confortável para crianças com TEA.

A atividade física para indivíduos autistas é ainda mais benéfica devido ao fato, por exemplo, de diminuir o comportamento agressivo, aprimorar a aptidão física, o desenvolvimento social, físico e motor, melhorar a qualidade de sono, além de reduzir a ansiedade depressão (Bremer; Crozier; Lloyd, 2016).

Isso reforça a necessidade de garantir que esses alunos tenham acesso contínuo a práticas esportivas adaptadas às suas necessidades e conduzidas por profissionais capacitados para lidar com a diversidade. A adaptação das atividades

físicas deve considerar as particularidades de cada aluno, flexibilizando regras e utilizando abordagens que estimulem a participação, evitando frustrações ou exclusão.

Para o aluno com autismo, a princípio, o que importa não é tanto a capacidade acadêmica, mas sim aquisição de habilidades sociais e autonomia. A atribuição do educador é a de promover e dispor de uma série de condições educativas em um ambiente previamente preparado. Para que a criança autista não se torne um adulto incapaz de realizar tarefas simples do dia a dia, precisa aprender diversas atividades que a tornará mais independente durante seu crescimento. (Cunha, 2015, p. 34)

Contudo, as adaptações não apenas viabilizam a inclusão, mas também garantem que todos os alunos se beneficiem das experiências proporcionadas pela Educação Física, respeitando seus ritmos e habilidades individuais. Para que a Educação Física seja verdadeiramente inclusiva e contribua para o desenvolvimento social das crianças com TEA, é essencial que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo. O esforço conjunto entre professores, pais e colegas é fundamental para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e incentive a participação de todos:

“A escola inclusiva é uma escola comum, ou regular, que acolhe todos os tipos de alunos, independentemente das diferenças. Nela, são criadas situações que favorecem e respeitam os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos” (Ferreira, 2018, p. 4). A importância das políticas públicas nesse contexto também não pode ser ignorada, pois a criação de diretrizes específicas pode garantir suporte adequado para a implementação da inclusão na Educação Física. “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.” (Brasil, 2015, p. 33).

Dessa forma, percebe-se que a Educação Física desempenha um papel essencial no desenvolvimento social das crianças, especialmente daquelas com TEA. Por meio de atividades estruturadas, mediação adequada e do envolvimento de toda a comunidade escolar, é possível criar um ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizado, socialização e crescimento pessoal.

5.4 METODOLOGIAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Neste tópico, buscamos analisar como as práticas pedagógicas do componente curricular Educação Física podem favorecer a socialização e a inclusão escolar no contexto educacional. A inclusão vai além da simples adaptação das atividades: trata-se de criar um espaço onde todas as crianças se sintam pertencentes, acolhidas e valorizadas em suas individualidades.

No entanto, esse processo não ocorre de maneira espontânea, exige que os professores adotem metodologias pedagógicas diferenciadas, ajustadas às necessidades de cada estudante, de modo que garanta que todos tenham oportunidades equivalentes no aprendizado e nas vivências esportivas, Muster; Alves, 2018 reforça que:

[...] um processo de reorganização do sistema educacional e dos ambientes de ensino e aprendizagem, abrangendo de forma colaborativa todos os agentes envolvidos na comunidade escolar, visando efetivar a equiparação de oportunidades educacionais orientadas pelos princípios de respeito à diversidade, aceitação e reconhecimento político das diferenças. (Munster; Alves, 2018, p. 172)

Diante disso, fica evidente a necessidade de um ensino intencionalmente inclusivo, em que cada aluno não apenas tenha acesso às aulas de Educação Física, mas possa participar ativamente e de forma significativa. Isso exige um olhar sensível por parte dos professores, que devem atuar como mediadores do aprendizado, ajustando regras, flexibilizando atividades e criando um ambiente que respeite a diversidade de habilidades e ritmos.

Uma das estratégias mais eficazes para garantir essa inclusão é a personalização das atividades, permitindo que cada aluno aprenda no seu próprio ritmo e explore seu potencial sem medo de julgamentos. Em um ambiente onde a colaboração é valorizada mais do que a competição, o desenvolvimento das habilidades sociais acontece naturalmente. Estratégias como jogos cooperativos, tarefas em dupla e atividades adaptadas ajudam a promover um ambiente inclusivo e estimulante para crianças com deficiência.

Os jogos cooperativos são um enorme aliado para o trabalho de integração do grupo no início do ano letivo, na formação de um novo grupo e na entrada de um novo membro. Desde o início, as crianças vivenciam e aprendem a superar a competição, a respeitar os outros e o grupo, a discutir os valores, a fazer amizades, e assim estarem confiantes e suficientemente felizes consigo mesmos para se expressarem livremente com todo o seu ser

(Amaral, 2007, p. 43)

Além disso, a utilização de recursos visuais, instruções objetivas e demonstrações práticas contribui significativamente para que alunos com dificuldades cognitivas ou motoras compreendam as atividades e consigam se engajar nelas com mais autonomia. Muitas crianças no espectro autista, por exemplo, se beneficiam de estratégias que utilizam roteiros visuais e estímulos concretos, tornando as tarefas mais previsíveis e acessíveis.

A interação social é um elemento fundamental para a aprendizagem significativa, como defendido por Vygotsky em sua teoria histórico-cultural. O autor enfatiza que o aprendizado ocorre por meio das interações sociais, sendo mediado pelo ambiente e pelas relações interpessoais.

A aprendizagem ocorre em um contexto social mediado pela cultura e pelo envolvimento de pares e professores. As trocas interpessoais são essenciais para que o indivíduo amplie seu repertório cognitivo e social, permitindo que ele avance para níveis mais complexos de desenvolvimento. (Vygotsky, 1978, p. 92)

Essa perspectiva reforça a importância de estruturar as aulas de Educação Física de modo que todos os alunos interajam entre si, pois, quando existe uma cultura de apoio mútuo e colaboração coletiva, as diferenças deixam de ser vistas como obstáculos e passam a ser compreendidas como características naturais da diversidade humana.

Outro ponto essencial na construção de metodologias inclusivas é a necessidade de capacitação dos professores. Mesmo diante dos avanços na legislação e nas políticas públicas, muitos docentes ainda não recebem formação adequada para lidar com a diversidade dentro das salas de aula. Isso pode gerar insegurança e resultar na exclusão involuntária de alunos com deficiência. “A formação continuada de docente para a educação inclusiva é essencial para que os professores desenvolvam habilidades e conhecimentos necessários para promover uma educação de qualidade para todos os alunos.” (Lima, 2021, p. 19)

Sendo assim, é urgente que os cursos de formação inicial e continuada contemplem módulos específicos sobre inclusão escolar, estratégias pedagógicas diferenciadas e comunicação alternativa, permitindo que os educadores se sintam preparados para atender seus alunos com mais sensibilidade e eficiência.

Além das metodologias pedagógicas, a construção de um ambiente acolhedor e acessível depende do envolvimento de toda a comunidade escolar. A inclusão não

deve ser responsabilidade apenas do professor de Educação Física, mas também de gestores, colegas e familiares, que juntos formam uma rede de suporte para garantir que todos os alunos se sintam pertencentes ao espaço escolar.

É crucial reconhecer que a promoção da educação inclusiva não é apenas responsabilidade das escolas, mas de toda a sociedade. As famílias desempenham um papel essencial no apoio à educação inclusiva, ao mesmo tempo em que a sociedade em geral deve combater estereótipos e preconceitos. A educação inclusiva é um passo importante em direção a uma sociedade mais justa, equitativa e harmoniosa. Ela cria um ambiente onde todos os alunos têm a oportunidade de atingir seu potencial máximo, independentemente de suas diferenças. (Paulo, 2012, p.)

Essa afirmação ressalta que a inclusão precisa ser um compromisso de todos, indo além da sala de aula e tornando-se um princípio fundamental dentro da escola. A Educação Física inclusiva deve ser vista como um direito garantido, e não como um favor concedido.

A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015) destaca que a educação inclusiva deve garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas para a plena participação e o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência. (BRASIL,2025, art 27)

Baseado nisso, incluir metodologias inclusivas na Educação Física significa reconhecer o valor da diversidade e garantir que todas as crianças tenham acesso a um aprendizado significativo, independentemente de suas habilidades ou limitações. Quando os professores são capacitados, as estratégias pedagógicas são bem estruturadas e a comunidade escolar está engajada, a Educação Física torna-se um espaço de empoderamento, pertencimento e transformação social.

O compromisso com a inclusão deve ser permanente, porque não se trata apenas de permitir que os alunos com deficiência participem das aulas, mas de construir uma nova cultura escolar, baseada no respeito, na colaboração e na valorização das diferenças.

A verdadeira inclusão ocorre quando todas as crianças, independentemente de suas limitações, encontram na escola um ambiente onde se sintam capazes, acolhidas e, acima de tudo, pertencentes. Desde o momento em que nascemos, sentimos esse desejo de pertencer a algo, e todos nós merecemos esse cuidado.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico, uma abordagem que, em vez de coletar dados primários, permite explorar e analisar conhecimentos já produzidos sobre o tema em questão. Essa metodologia baseia-se na revisão de materiais previamente publicados, como artigos científicos, teses e dissertações, possibilitando um entendimento mais amplo e aprofundado sobre o assunto.

[...]elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

A pesquisa bibliográfica é um recurso essencial para compreender como determinada questão tem sido estudada ao longo do tempo. Além de fornecer embasamento teórico, ela permite identificar lacunas existentes, comparar diferentes abordagens e refletir sobre os avanços e desafios relacionados ao tema. Neste estudo, esse método foi utilizado para reunir informações sobre Educação Física, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e socialização, permitindo uma análise fundamentada sobre a importância das práticas pedagógicas inclusivas nesse contexto.

Foram utilizados materiais disponíveis em bases científicas reconhecidas, priorizando estudos publicados nos últimos dez anos (2015-2025). Dessa forma, foi possível selecionar referências atualizadas e alinhadas aos objetivos desta pesquisa. A seleção dos artigos foi feita com base em critérios específicos, assegurando que apenas os estudos mais relevantes e alinhados à temática fossem analisados. Esse processo foi essencial para evitar dispersão e manter o foco nos objetivos estabelecidos para esta pesquisa.

Os critérios de inclusão foram definidos para garantir que os artigos selecionados trouxessem contribuições significativas para a discussão sobre Educação Física e TEA. Assim, foram considerados para análise os estudos que: a) Foram publicados entre 2015 e 2025, garantindo a atualidade das informações; b) Abordaram o Transtorno do Espectro Autista, a socialização e o desenvolvimento

social no contexto da Educação Física; e c) Estiveram disponíveis em português, assegurando uma leitura acessível e compreensível dentro do escopo desta pesquisa.

Para manter o foco da investigação, alguns estudos foram excluídos do levantamento. Foram desconsiderados artigos que: a) Não apresentavam relação direta com o desenvolvimento social de crianças com TEA; b) Não incluíam a Educação Física como parte do processo de socialização; e c) Estavam disponíveis apenas em outros idiomas, dificultando a análise dentro do contexto educacional brasileiro.

Após esse processo de seleção, foram escolhidos 06 (seis) artigos para análise e avaliação. Esses estudos foram examinados detalhadamente, permitindo visão ampla sobre como a Educação Física pode impactar positivamente a socialização de crianças com TEA e para facilitar a compreensão dos resultados, os protocolos que demonstraram melhora significativa na socialização desses alunos foram organizados em uma tabela, proporcionando para os leitores uma visão clara e objetiva dos achados da pesquisa.

A escolha dessa metodologia reflete a preocupação em embasar o estudo com fontes confiáveis e atualizadas, permitindo uma análise crítica e reflexiva sobre os desafios e as possibilidades da Educação Física inclusiva para crianças com TEA. Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para garantir que a investigação fosse conduzida de maneira organizada, coerente e alinhada com as necessidades da prática educacional atual.

7 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Com essa abordagem, foram identificados 06 artigos no Periódico Capes, 1 na SciELO e 57 na BDTD, dos quais apenas 6 foram selecionados, por se aproximarem do tema da pesquisa, dos 6 selecionados, 3 encontramos na BDTD, 2 no Periódico Capes e 1 na SciELO.

AUTOR/ ANO	TÍTULO	OBJETIVO TRABALHO	ABORDAGEM TIPO PESQUISA	PRINCIPAIS E RESULTADOS
Beatriz al., 2023	Protocolos de jogos e brincadeiras que contribuem para a socialização e interação de crianças/alunos com Transtorno do Espectro Autista.	Identificar os principais protocolos de jogos e brincadeiras que resultam em melhoria da socialização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Revisão bibliográfica, analisando artigos publicados nos últimos cinco anos sobre o tema do Autismo.	Os protocolos de jogos e brincadeiras melhoraram significativamente a socialização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Atividades como faz de conta, construção de brinquedos e brincadeiras sensoriais mostraram-se eficazes. A presença de adultos ou educadores é fundamental para facilitar a interação, promovendo um ambiente social positivo para essas crianças.
Laureano, <i>et al.</i> , 2021	Possibilidades da Psicomotricidade em aulas de Educação Física para alunos com Transtorno do Espectro Autista.	Identificar as possibilidades da Psicomotricidade em aulas de Educação Física para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Abordagem qualitativa com revisão de literatura sobre aulas de Educação Física para alunos do espectro autista.	A Psicomotricidade é essencial para o desenvolvimento motor, cognitivo e social de crianças com TEA, favorecendo sua escolarização e inclusão. As intervenções psicomotoras melhoram a coordenação, o equilíbrio e as habilidades sociais, além de oferecer um ambiente lúdico que estimula a aprendizagem.
Leivas, al., 2020	Percepção de professores de Educação Física sobre a inclusão de crianças e jovens com	Verificar a percepção dos professores de Educação Física sobre a estrutura das escolas, o planejamento das	Abordagem quantitativa, utilizando questionários para coletar dados sobre as percepções dos	Muitos professores se sentiam inadequadamente preparados para atender alunos com Transtorno do

	Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar.	aulas e a participação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas da rede de ensino da cidade de Pelotas (RS).	professores de Educação Física da rede municipal de Pelotas a respeito da inclusão de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas.	Espectro Autista (TEA). Além disso, a participação desses alunos nas aulas de Educação Física variava conforme as adaptações realizadas e a infraestrutura das escolas. A pesquisa evidenciou a necessidade de formação continuada para os professores, assim como melhorias nas condições das escolas para promover uma inclusão efetiva.
Benjamim <i>et al.</i> , 2018	Efeitos do programa de Psicomotricidade Relacional no meio aquático sobre o comportamento social de crianças com transtorno do espectro autista.	Analisar os efeitos da Psicomotricidade Relacional em meio aquático sobre o comportamento social de crianças com transtorno do espectro autista.	A abordagem do estudo é qualitativa e quantitativa, sendo classificado como um estudo descritivo envolvendo crianças com transtorno do espectro autista.	O programa demonstrou efeitos positivos no comportamento social das crianças, com reduções na irritabilidade e na fala inadequada, além de melhorias nas habilidades sociais e na autonomia nas atividades da vida diária.
Adryelle <i>al.</i> , 2017	A influência das práticas pedagógicas e terapêuticas não verbais no transtorno do espectro autista: possibilidades para o profissional de Educação Física.	Analisar as principais contribuições pedagógicas e terapêuticas na comunicação não verbal em indivíduos autistas: motivação, estabilidade emocional, comunicação, socialização e desenvolvimento físico. Além disso, compreender como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode colaborar na intervenção do profissional de Educação Física.	Abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando práticas e revisão sistemática da literatura sobre o autismo, com foco na Educação Física.	A musicoterapia destaca-se como uma intervenção eficaz para o desenvolvimento das habilidades de interação social e comunicação em crianças com TEA, sendo utilizada em 72% dos estudos revisados como prática mediadora. As intervenções apresentaram resultados positivos, especialmente na melhoria da comunicação e da socialização. Embora os estudos de psicomotricidade incluíssem a participação de profissionais de Educação Física, ainda há uma oportunidade para que esses profissionais apliquem práticas não verbais como ferramentas de intervenção.

				Além disso, a pesquisa revelou uma carência de estudos consistentes na área de Educação Física relacionada ao TEA, indicando a necessidade de uma maior produção científica rigorosa, com desfechos mais claros.
Simeão al., 2016	Os efeitos do programa de intervenção da Psicomotricidade Relacional com a criança na construção das interações sociais.	Avaliar os efeitos de um programa de intervenção da Psicomotricidade Relacional sobre o comportamento da criança com autismo, focando na interação social e nas relações.	Abordagem qualitativa para analisar os efeitos de um programa, utilizando estudo descritivo com foco nas relações afetivas.	A Psicomotricidade Relacional é uma abordagem eficaz que promove o desenvolvimento afetivo e social de crianças com autismo, facilitando a construção de vínculos de confiança e comunicação com o psicomotricista e os pares. As intervenções psicomotoras resultaram em avanços significativos na interação social, permitindo expressões mais ricas de imitação e jogo espontâneo. Além disso, essa abordagem proporciona um ambiente lúdico que estimula a socialização e melhora a qualidade de vida das crianças, favorecendo sua inclusão e participação em contextos sociais.

Fonte: O Autor, 2025

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse tópico tem como o objetivo apresentar uma análise integrada dos resultados obtidos na revisão bibliográfica, buscando evidenciar a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social de crianças com TEA, os desafios enfrentados pelos professores e as boas práticas pedagógicas que podem ser adotadas.

No artigo **“Protocolos de jogos e brincadeiras que contribuem para a socialização de crianças com Transtorno do Espectro Autista”** (2023), Souza *et al.* discutem como atividades lúdicas podem favorecer o desenvolvimento social de crianças autistas. A pesquisa aponta que jogos estruturados e brincadeiras planejadas ajudam a criar interações mais significativas, fortalecendo a comunicação e promovendo a inclusão desses alunos.

Partindo da ideia de que crianças com TEA enfrentam grandes dificuldades para socializar e se relacionar no ambiente escolar, o estudo destaca que, conforme Oliveira (2022), “o uso de jogos e brincadeiras adaptadas é uma ferramenta eficaz para estimular habilidades sociais em crianças com TEA, permitindo maior integração com colegas e professores”. Assim, a pesquisa busca identificar quais tipos de atividades lúdicas apresentam melhores resultados nesse contexto.

Para atingir seus objetivos, foram examinados quatro artigos recentes que demonstram a eficácia dessas práticas. Os estudos selecionados focam em estratégias pedagógicas que envolvem jogos com regras simples, atividades sensoriais e a construção de brinquedos adaptados às necessidades específicas das crianças com TEA. As propostas incluem brincadeiras estruturadas, como jogos simbólicos e dinâmicas de grupo, que incentivam a interação entre os participantes.

A pesquisa utilizou a revisão bibliográfica como método, com busca em bases como Google Acadêmico, SciELO e LILACS. Foram considerados artigos publicados nos últimos cinco anos que apresentassem intervenções diretas com crianças autistas no ambiente escolar.

Para a coleta dos dados, foram analisados os protocolos de brincadeiras descritos nos estudos selecionados. Em seguida, os dados foram transcritos e categorizados por meio da técnica de análise de conteúdo, o que possibilitou uma compreensão mais detalhada das práticas adotadas.

Os resultados da pesquisa mostraram que os protocolos avaliados envolvem jogos cooperativos, atividades sensoriais e a confecção de brinquedos adaptados,

todos com efeitos positivos na socialização das crianças com TEA. Conforme aponta Brasil (2022), “por meio do brincar, o autista expressa seu entendimento do mundo e, por não possuir as repressões que geralmente temos, libera todo seu sentimento ao manipular objetos. Os autistas falam de si por meio dos objetos com os quais interagem.”

O ato de brincar pressupõe regra, ordem e repetição; essa repetição presente na brincadeira nada mais é do que a necessidade de ordem. Por meio dela, o autista pode sempre se reencontrar, não apenas com os objetos e as situações das brincadeiras, mas também consigo próprio, reafirmando sua pessoa e fortalecendo-se. Além disso, o uso de brinquedos construídos com materiais recicláveis foi apontado como um facilitador na exploração do ambiente e na expressão criativa das crianças autistas.

O estudo revelou que a participação em atividades lúdicas estruturadas contribui para a redução de comportamentos de isolamento e agressividade, favorecendo uma maior integração social no ambiente escolar. Kluth (2010) afirma que: "Para muitos alunos com autismo, as transições são a parte mais difícil da escola. A mudança de sala de aula ou de professor para professor pode ser bem estressante, mas mudar de um prédio para outro é quase sempre um processo repleto de ansiedade e apreensão". Dessa maneira, os protocolos analisados reforçam a importância da mediação pedagógica no incentivo à socialização.

A abordagem microgenética foi utilizada em dois dos estudos analisados, permitindo uma avaliação detalhada do progresso das crianças ao longo das interações. A observação sistemática dos jogos possibilitou identificar padrões de interação e adaptar as estratégias de ensino para otimizar os resultados.

Na conclusão desta pesquisa, ficou evidente que os protocolos de jogos e brincadeiras analisados oferecem benefícios concretos para a socialização de crianças com TEA. Além disso, o estudo ressalta a necessidade de mais investigações para aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam a eficácia dessas atividades.

Os resultados reforçam que a inclusão de atividades lúdicas no contexto escolar deve ser uma prioridade para educadores e profissionais da saúde, pois oferecem uma via acessível e eficaz para a promoção da interação social. Com isso, a pesquisa contribui para ampliar a base de conhecimento sobre metodologias inclusivas na Educação Física, destacando o papel dos jogos como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento social e emocional de crianças com TEA.

No artigo **“Possibilidades da Psicomotricidade em Aulas de Educação Física para Alunos com Transtorno do Espectro Autista”** (2023), de Santos *et al.*, são apresentadas reflexões sobre a importância da Psicomotricidade e da Educação Física para crianças com TEA. A pesquisa destaca que a Psicomotricidade pode auxiliar significativamente no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo-social desses alunos, promovendo uma inclusão mais efetiva no ambiente escolar.

O estudo parte do pressuposto de que crianças com TEA apresentam dificuldades de comunicação, interação social e comportamentos estereotipados, fatores que podem limitar sua participação nas aulas de Educação Física. A pesquisa busca identificar as possibilidades da Psicomotricidade como recurso pedagógico nessas aulas.

A Psicomotricidade na prática educativa é essencial para o processo de aprendizagem das crianças com TEA, pois proporciona benefícios que auxiliam no seu desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo-social por meio de atividades motoras que ajudam a conhecer e dominar seu próprio corpo (Aquino *et al.* 2012; Silva; Tavares, 2010).

Para alcançar seus objetivos, foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, selecionando estudos que abordam a relação entre Psicomotricidade, Educação Física e inclusão de crianças autistas. As investigações analisadas ressaltam que as atividades psicomotoras contribuem para o desenvolvimento do raciocínio, da imaginação, da criatividade, da afetividade e da socialização desses alunos.

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, seguindo critérios busca definidos para selecionar materiais relevantes sobre o tema. As palavras-chave utilizadas foram "psicomotricidade", "transtorno do espectro autista", "autismo", "inclusão" e "educação física escolar". A revisão de literatura apresentou um panorama sobre o TEA e sua relação com a Psicomotricidade, como Psicomotricidade se insere como uma abordagem essencial para auxiliar essas crianças no processo de inclusão escolar.

Outro ponto abordado foi a importância da Educação Física na vida das crianças autistas. É necessário pensar na Educação Física como um conteúdo que proporcione aos alunos com TEA reflexões por meio de movimentos que sejam úteis em seu dia a dia, para que o aluno consiga, através de movimentos lúdicos, melhorar suas capacidades físicas, motoras, emocionais, cognitivas e sociais, estabelecendo formas diferentes de comunicação e proporcionando melhor qualidade de vida, não só em termos biológicos, mas também sociais, garantindo o

direito à mínima autonomia (Ravazzi; Gomes, 2011). Dessa forma, a Psicomotricidade surge como um recurso valioso para potencializar os benefícios das aulas de Educação Física.

A pesquisa destacou ainda os desafios enfrentados pelos professores ao trabalhar com crianças autistas. Por isso, é fundamental que os professores recebam formação específica para atender às necessidades desses alunos, garantindo um ambiente de aprendizado inclusivo e estimulante. Outro aspecto relevante discutido foi a importância das atividades lúdicas na Psicomotricidade aplicada à Educação Física. Atividades como jogos simbólicos, circuitos motores e brincadeiras dirigidas foram identificadas como estratégias eficazes nesse contexto.

A pesquisa ressalta ainda a relevância da Declaração de Salamanca (1994) e da Lei nº 12.764/2012, que asseguram os direitos das pessoas com TEA, incluindo o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Conforme destacado, “[...] o currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa”, por meio da implementação de programas e sistemas que considerem a diversidade e as necessidades desses alunos, que possuem características, habilidades e interesses únicos.

Os resultados da pesquisa indicaram que a Psicomotricidade pode desempenhar um papel fundamental nas aulas de Educação Física para alunos com TEA, promovendo benefícios no desenvolvimento motor, cognitivo e social dessas crianças. Além disso, a implementação de práticas psicomotoras favorece a interação entre os alunos, contribuindo para um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Na conclusão do estudo, destaca-se que a Psicomotricidade e a Educação Física devem ser consideradas recursos essenciais para a inclusão de crianças autistas. A Psicomotricidade pode contribuir para o desenvolvimento das crianças diagnosticadas com TEA nas aulas de Educação Física; porém, é fundamental trabalhar as potencialidades individuais de cada criança, ultrapassando estereótipos e incentivando-a a viver, sentir e descobrir seu corpo por meio do movimento, levando em consideração que cada criança é única e possui um tempo diferente para se desenvolver.

Cabe ao profissional de Educação Física, por meio do conhecimento dessa patologia, perceber a melhor maneira de intervir, respeitando o tempo e os limites de cada criança (Coelho, 2011; Silva; Souza, 2018). Dessa forma, investir na capacitação docente e na adaptação das atividades motoras pode ser um caminho promissor para garantir a participação efetiva de alunos com TEA na Educação

Física escolar.

No artigo **“Percepção dos Professores de Educação Física sobre a Inclusão de Crianças e Jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ambiente Escolar”** (2023), de Souza *et al.*, são analisadas as percepções dos docentes sobre a inclusão de alunos autistas na rede municipal de ensino de Pelotas, RS. O estudo investiga a estrutura escolar, o planejamento das aulas e a participação desses alunos nas atividades de Educação Física, considerando os desafios e avanços na implementação de práticas inclusivas.

A pesquisa parte do princípio de que a inclusão de crianças e jovens com TEA nas escolas enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e sociais. No Brasil, estima-se que aproximadamente 2 milhões de pessoas tenham TEA, o que reforça a importância de um atendimento adequado, desde o diagnóstico até a assistência educacional. Estudos indicam que a prática de atividade física (AF) pode influenciar positivamente a vida de indivíduos com TEA (Lee *et al.*, 2015; Tan *et al.*, 2016), melhorando sua coordenação motora, habilidades sociais e capacidade de interação com o meio.

O objetivo geral do estudo foi verificar a percepção dos professores de Educação Física sobre a inclusão de alunos com TEA nas escolas municipais de Pelotas. Os objetivos específicos incluíram o cadastro dos professores participantes, a verificação da estrutura das escolas, a descrição do planejamento das aulas e a identificação da participação dos alunos com e sem TEA durante as atividades físicas.

Para isso, foi realizado um estudo descritivo com professores da rede municipal de Pelotas, utilizando um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados. A amostra foi composta por 71 professores de Educação Física, selecionados de forma intencional e não probabilística. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, garantindo sigilo e consentimento dos participantes.

A metodologia adotada seguiu um rigoroso processo de análise estatística dos dados, incluindo distribuição de frequências, medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio padrão, intervalo de confiança e amplitude de variação). Os resultados revelaram que, dos 120 questionários distribuídos, 71 foram respondidos, proporcionando uma visão ampla sobre a aceitação da inclusão, a estrutura das escolas, o planejamento das atividades e o desenvolvimento das aulas.

A maioria dos professores (64,8%) planeja atividades em conjunto; foi

observado que 32,4% dos alunos com TEA demonstram expressões de felicidade durante as aulas. Além disso, associações significativas foram encontradas entre o tempo de formação dos professores e sua percepção de preparo para trabalhar com alunos com TEA ($p = 0,03$), bem como entre o planejamento das atividades e o conhecimento do nível de TEA dos alunos ($p = 0,005$).

A discussão dos resultados destaca a evolução do processo inclusivo no ambiente escolar e as dúvidas que ainda permeiam a implementação das práticas pedagógicas adaptadas. A percepção dos professores sobre sua atuação tem se modificado ao longo dos anos, acompanhando mudanças na formação acadêmica e na abordagem dos cursos de Educação Física sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

Segundo Costa, Ferreira e Leitão (2017), o professor de Educação Física, ao planejar suas atividades para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deve selecionar e estruturar atividades que sejam contextualizadas, ou seja, que tenham relevância nas experiências cotidianas dos alunos. Essa abordagem facilita a aprendizagem e a participação dos estudantes, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e significativo.

A pesquisa reforça a importância de o professor ter conhecimento prévio sobre o diagnóstico dos alunos, pois essa informação permite um planejamento de atividades mais eficaz e alinhado às necessidades específicas de cada estudante. Conclui-se que, embora a maioria dos professores aceite trabalhar com alunos com TEA, desafios como a falta de formação específica e a adaptação das atividades ainda persistem. Destaca-se que o tempo de formação influencia diretamente a percepção dos docentes sobre seu preparo, e que o conhecimento sobre o grau de TEA dos alunos auxilia na organização e execução de práticas pedagógicas mais eficazes.

A pesquisa também apontou alguns desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com TEA, incluindo a falta de formação e conhecimento específico sobre o transtorno, a carência de recursos e suporte pedagógico adequados e a dificuldade de adaptação das atividades para atender às necessidades desses alunos. Além disso, a participação efetiva dos alunos com TEA nas atividades escolares depende de diversos fatores, como a adaptação das estratégias de ensino, a aceitação por parte dos colegas e o ambiente escolar.

Os achados indicam que a inclusão de alunos com TEA na Educação Física escolar pode ser fortalecida por meio da capacitação docente, adaptação curricular e

suporte institucional. A pesquisa sugere que políticas educacionais voltadas para a formação continuada dos professores e a melhoria da infraestrutura escolar são fundamentais para garantir ambientes de aprendizado equitativos e acessíveis a todos os alunos. Assim, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a sensibilização da comunidade escolar são passos essenciais para promover uma Educação Física verdadeiramente inclusiva.

De maneira geral, a análise dos artigos selecionados demonstrou que a prática da Educação Física desempenha um papel central no desenvolvimento social dessas crianças, proporcionando um ambiente estruturado para o aprimoramento da comunicação, da interação social e das habilidades motoras. A inclusão de crianças com TEA na Educação Física é justificada pela necessidade de adaptação do ambiente escolar às suas demandas específicas.

Conforme apontado nos estudos analisados, os desafios enfrentados por essas crianças na socialização são significativos, uma vez que suas dificuldades de interação podem levar ao isolamento no contexto escolar. Nesse sentido, a Educação Física surge como uma ferramenta essencial para minimizar tais barreiras, criando oportunidades para que os alunos participem de atividades em grupo, desenvolvam habilidades sociais e fortaleçam a autoestima.

Os artigos revisados indicam que práticas pedagógicas como jogos estruturados, atividades psicomotoras e dinâmicas coletivas são eficazes para estimular a socialização e a cooperação entre crianças autistas. O uso da Psicomotricidade Relacional, por exemplo, foi identificado como um recurso valioso para incentivar a interação e o engajamento nas atividades propostas. Além disso, as pesquisas destacam que a mediação docente e o suporte dos pares são fatores determinantes para o sucesso da inclusão na Educação Física, promovendo um ambiente acolhedor e estimulante.

Outro aspecto importante analisado na revisão bibliográfica é a falta de capacitação docente. Muitas vezes, os professores não recebem formação específica sobre estratégias inclusivas, o que compromete sua capacidade de adaptar atividades e lidar com as demandas dos alunos com TEA. Os estudos analisados apontam que a ausência de treinamento especializado dificulta a implementação de práticas pedagógicas eficazes, resultando em insegurança profissional e em abordagens pouco adaptadas às necessidades dessas crianças.

Ademais, a escassez de recursos pedagógicos e estruturais também é um fator bastante limitante, pois muitos ambientes escolares não dispõem de materiais

adaptados, espaços adequados ou apoio especializado, o que compromete a inclusão plena dos alunos com TEA. A presente pesquisa revela que a falta de assistência de profissionais multidisciplinares, como terapeutas ocupacionais e psicopedagogos, contribui para a sobrecarga dos professores, que precisam desenvolver estratégias individualizadas sem o suporte necessário.

Outro desafio enfrentado é a falta de apoio institucional. Embora a legislação educacional brasileira defenda a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, ainda existe uma grande lacuna entre teoria e prática. Muitos professores encontram dificuldades para sensibilizar a gestão escolar e os demais profissionais sobre a importância da Educação Física adaptada. A ausência de políticas públicas eficazes voltadas para a inclusão contribui para a precariedade do suporte pedagógico, dificultando a implementação de estratégias adaptativas e metodologias inclusivas.

Os estudos também apontam que os professores enfrentam desafios no manejo comportamental das crianças com TEA. Como esses alunos apresentam dificuldades na comunicação e padrões de comportamento repetitivos, os docentes precisam empregar abordagens específicas para estimular a participação nas atividades físicas. A pesquisa revelou que a utilização de estratégias visuais, instruções objetivas e reforço positivo são fundamentais para minimizar a resistência e potencializar o engajamento dos alunos, mas muitos professores desconhecem tais técnicas devido à falta de formação específica.

Diante disso, outro fator destacado foi que o envolvimento dos pais e o suporte de especialistas são essenciais para garantir uma inclusão efetiva, visto que a Educação Física pode desempenhar um papel terapêutico e socializador para crianças com TEA. Historicamente, essa disciplina teve uma característica segregadora, pois permitia que apenas os alunos habilidosos, com suporte físico chamado "atletico", participassem das aulas e realizassem as atividades (Falkenbach *et al.*, 2007). No entanto, a falta de diálogo entre esses agentes dificulta a criação de um ambiente que favoreça o desenvolvimento infantil.

Destaca-se também que um dos principais elementos para a construção de boas práticas pedagógicas é a adoção de metodologias inclusivas, que respeitem as particularidades das crianças com TEA e possibilitem sua plena participação na Educação Física. Os estudos revisados indicaram que abordagens como jogos cooperativos, atividades psicomotoras e circuitos motores adaptados são fundamentais para estimular a interação social e reduzir comportamentos de

isolamento. Quando essas práticas são devidamente estruturadas, permitem a exploração do corpo em movimento, respeitando os limites e potenciais de cada aluno.

Outro fator essencial é a personalização das atividades, garantindo que cada aluno possa participar de acordo com suas habilidades. A pesquisa destaca que a flexibilização das regras e a adaptação dos jogos são estratégias eficazes para promover a inclusão, pois possibilitam que os alunos com TEA desenvolvam autonomia e autoestima. Para que isso aconteça, o professor deve empregar diferentes recursos pedagógicos, como instruções visuais, rotinas bem definidas e reforço positivo, favorecendo um ambiente previsível e seguro para a aprendizagem.

A monografia aponta que a formação continuada dos professores de Educação Física é indispensável para que eles possam compreender as especificidades do TEA e desenvolver estratégias didáticas mais eficazes. Além disso, a colaboração com profissionais da saúde, como terapeutas ocupacionais e psicólogos, pode enriquecer as práticas pedagógicas, proporcionando aos docentes uma visão mais ampla sobre o processo de inclusão.

Além do aspecto pedagógico, a pesquisa evidencia a importância da construção de um ambiente acolhedor e colaborativo, sendo necessário envolver toda a comunidade escolar, promovendo ações de sensibilização e conscientização sobre a inclusão de alunos com TEA. A parceria entre professores, gestores, colegas de turma e famílias é fundamental para criar uma cultura escolar que valorize a diversidade e estimule a participação de todos os alunos.

Por fim, o presente estudo destaca que a avaliação contínua das práticas pedagógicas é essencial para garantir a eficácia das estratégias utilizadas. O acompanhamento do progresso dos alunos, por meio de observações sistemáticas e registros das interações, permite que os professores façam ajustes e aprimorem as atividades de acordo com as necessidades individuais de cada criança.

Assim, a Educação Física representa um meio fundamental para o desenvolvimento social, emocional e motor das crianças com TEA. As pesquisas analisadas apontam que, quando bem planejadas, as atividades físicas podem reduzir comportamentos de isolamento, estimular a interação entre os alunos e fortalecer habilidades essenciais para a vida em sociedade. Contudo, os desafios enfrentados pelos professores de Educação Física na inclusão de crianças com TEA são multifatoriais e demandam soluções que envolvem formação continuada, melhorias estruturais e maior articulação entre escola e comunidade.

Para que a Educação Física cumpra seu papel no desenvolvimento social desses alunos, é essencial que os docentes tenham acesso a recursos adequados, capacitação profissional e apoio institucional, garantindo assim uma prática pedagógica inclusiva e eficiente. A Educação Física não deve ser vista apenas como uma disciplina curricular, mas como um espaço de transformação social, no qual a inclusão se concretiza por meio da participação ativa e significativa de todos os alunos, por meio de uma abordagem integradora, fortalecendo a autonomia e ampliando suas oportunidades de interação no ambiente escolar.

No artigo **“Efeitos de um programa de psicomotricidade relacional no meio aquático sobre o comportamento social em crianças com transtorno do espectro autista.”** (2018) de Souza *et al.*, são apresentadas reflexões sobre influência da Psicomotricidade Relacional no meio aquático no comportamento social de crianças com TEA. A pesquisa destaca que essa abordagem pode promover avanços na comunicação, na socialização e na autonomia das crianças com TEA, melhorando sua interação com o meio e com os pares.

O estudo parte do pressuposto de que crianças com TEA enfrentam desafios na interação social, comunicação e desenvolvimento pessoal. O objetivo principal foi analisar os efeitos dessa abordagem sobre o comportamento social das crianças autistas.

Para isso, foi realizada uma pesquisa mista, com predominância qualitativa, em um estudo descritivo-avaliativo envolvendo seis crianças autistas, com idades entre cinco e sete anos, atendidas no CAPSi de Natal/RN. Foram utilizadas escalas padronizadas (ATEC e ABC), registros audiovisuais, análise de prontuários institucionais e entrevistas semiestruturadas com pais e professores para avaliar os impactos do programa.

A metodologia adotada combinou abordagens quantitativas e qualitativas. As sessões foram realizadas em ambiente aquático, estruturadas com atividades psicomotoras voltadas para o estímulo da interação e da comunicação entre os participantes. Os resultados indicaram uma redução significativa na irritabilidade e nos comportamentos inadequados das crianças após a intervenção.

Pesquisas com o público autista, utilizando uma abordagem funcional, mostram que as atividades aquáticas trazem benefícios tanto em ganhos motores quanto na diminuição de sintomas comportamentais (Yilmaz *et al.*, 2010; Storch, 2013; Pan *et al.*, 2011; Chu; Pan, 2012; Yanardag *et al.*, 2013; Lawson *et al.*, 2014). Além disso, as entrevistas com os pais revelaram que as crianças passaram a

interagir com mais frequência, demonstrando maior iniciativa na comunicação com seus pares e familiares.

Outro aspecto relevante identificado foi a adaptação ao meio aquático, a relação das crianças com o psicomotricista e os objetos transicionais. O estudo verificou que a abordagem lúdica contribuiu para que as crianças se sentissem mais seguras e envolvidas nas interações sociais. As análises também indicaram que o desenvolvimento das Atividades da Vida Diária (AVDs) foi beneficiado.

Relatos dos responsáveis apontaram melhorias em aspectos como vestimenta, alimentação e controle esfinteriano, demonstrando a importância dessa abordagem para o desenvolvimento integral da criança autista. A pesquisa destacou ainda a importância da estruturação e continuidade dos programas de intervenção, ressaltando que a adaptação gradual ao meio aquático e a resposta individual de cada criança foram fatores determinantes para o sucesso da intervenção.

Na conclusão do estudo, ressalta-se que o programa de Psicomotricidade Relacional no meio aquático demonstrou efeitos positivos no comportamento social, na comunicação e na diminuição da irritabilidade das crianças com TEA. Corpo e motricidade, portanto, são elementos-chave para o desenvolvimento global do indivíduo (Vieira, 2014). Assim, os resultados reforçam a necessidade de mais pesquisas na área, a fim de consolidar ainda mais essa abordagem como um recurso eficaz para o desenvolvimento infantil.

Os achados da pesquisa apontam para a relevância da Psicomotricidade Relacional como estratégia terapêutica e educacional para crianças autistas. A continuidade desse trabalho e o investimento na formação de profissionais qualificados podem contribuir significativamente para a ampliação das possibilidades de inclusão e desenvolvimento dessas crianças, consolidando a Psicomotricidade Relacional no meio aquático como uma prática pedagógica inovadora e eficaz.

No artigo **“A Influência de Práticas Pedagógicas e Terapêuticas Não Verbais no Transtorno do Espectro Autista: As Possibilidades para o Profissional de Educação Física”** (2023), de Silva *et al.*, o presente estudo analisou a influência de práticas pedagógicas e terapêuticas não verbais no desenvolvimento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando suas contribuições para a atuação do profissional de Educação Física.

A pesquisa, conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, identificou 390 documentos, dos quais 18 foram selecionados com base em critérios de inclusão. Os estudos analisados apontaram que a musicoterapia foi a intervenção

predominante (72%), seguida pela psicomotricidade (17%) e pela ludoterapia (11%). A participação do profissional de Educação Física destacou-se especialmente nas práticas psicomotoras, evidenciando seu potencial para atuar de forma interdisciplinar no desenvolvimento motor, emocional e social de indivíduos com TEA.

O autismo, descrito inicialmente nos anos 1940, é caracterizado por déficits na interação social, comunicação e comportamentos repetitivos, manifestados antes dos três anos de idade. O tratamento de indivíduos com TEA requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo técnicas de modificação de comportamento, terapias linguísticas e programas educacionais estruturados. As práticas pedagógicas terapêuticas não verbais, realizadas por equipes interdisciplinares, buscam ampliar as formas de comunicação e expressão, proporcionando suporte ao desenvolvimento desses indivíduos.

A metodologia utilizada no estudo baseou-se em uma revisão sistemática da literatura, realizada entre setembro e outubro de 2013, com buscas em bases de dados como Bireme, PubMed e Capes Periódicos, além de repositórios brasileiros e portugueses de teses e dissertações. Foram incluídos documentos em português ou inglês, publicados a partir do ano 2000, abrangendo estudos qualitativos, quase-experimentais, experimentais, descritivos e estudos de caso. A análise dos dados permitiu avaliar as principais abordagens terapêuticas não verbais aplicadas a indivíduos com TEA e suas contribuições para a prática profissional dos educadores físicos.

Os resultados indicaram que, dos 390 documentos identificados, apenas 18 atenderam aos critérios de inclusão. Destes, 67% foram publicados em revistas científicas, sendo 39% do Brasil, 17% dos Estados Unidos e Portugal, 10,5% da Coreia e 5,5% do Canadá, Itália e Reino Unido. As intervenções foram categorizadas com base no elemento mediador, com predominância da musicoterapia, seguida pela psicomotricidade e ludoterapia. Não foram identificadas intervenções envolvendo dança, terapia por meio da dança ou hipoterapia, evidenciando uma lacuna na pesquisa sobre essas abordagens.

A discussão dos resultados apontou para a necessidade de reorganizar as práticas da Educação Física para melhor atender às demandas de indivíduos com TEA. Jogos, brincadeiras, esportes e outras atividades corporais foram indicados como ferramentas essenciais para estimular a socialização e a comunicação não verbal. Além disso, a revisão destacou a importância da formação inicial e continuada dos profissionais de Educação Física para que possam integrar essas

estratégias às suas práticas pedagógicas.

A pesquisa concluiu que todas as intervenções analisadas apresentaram resultados positivos, especialmente no desenvolvimento da interação social e da comunicação dos indivíduos com TEA. A musicoterapia mostrou-se a abordagem mais eficaz entre as investigadas. A musicoterapia é uma modalidade terapêutica que utiliza a música, tanto como som quanto como movimento, para estabelecer um canal de comunicação e, dessa forma, possibilitar a prevenção, tratamento e/ou reabilitação de problemas e necessidades físicas, mentais, emocionais, cognitivas e sociais (Tolipan, 2000).

Entretanto, a psicomotricidade também se destacou como uma ferramenta valiosa para os educadores físicos. Os instrumentos de trabalho da psicomotricidade são constituídos pelo próprio corpo, o espaço de relação, o espaço físico, o tempo e os ritmos das sessões, além dos vários objetos disponíveis, que tornam as atividades mais eficazes numa atmosfera lúdica e de jogo (Martins, 2001). A presença do profissional de Educação Física nas práticas terapêuticas não verbais ainda é limitada, mas sua atuação pode ser ampliada por meio da apropriação de técnicas já utilizadas em contextos interdisciplinares.

Dentre os principais desafios identificados, destacam-se a escassez de pesquisas na área da Educação Física voltadas para o TEA e a necessidade de maior qualificação profissional. Para superar essas barreiras, sugere-se o desenvolvimento de mais estudos com rigor metodológico, além da implementação de políticas educacionais que incentivem a capacitação dos professores na adoção de práticas inclusivas no ensino da Educação Física.

Por fim, o estudo enfatiza que o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, incluindo jogos, brincadeiras e outras atividades motoras, pode contribuir significativamente para a socialização e comunicação de indivíduos com TEA. A Educação Física deve ser vista como um elemento essencial na promoção da inclusão e no estímulo ao desenvolvimento integral desses indivíduos, consolidando-se como um campo de atuação fundamental dentro das equipes multidisciplinares que trabalham com o autismo.

No artigo **“Os efeitos do programa de intervenção da Psicomotricidade Relacional com a criança autista na construção das interações sociais”** (2023), de Almeida *et al.*, são apresentadas reflexões sobre o impacto desse programa no desenvolvimento social e afetivo de crianças autistas. A pesquisa ressalta que a Psicomotricidade Relacional pode atuar como uma ferramenta valiosa para estimular

a comunicação e o relacionamento interpessoal desses alunos.

A investigação parte do princípio de que crianças com TEA enfrentam barreiras significativas na interação social, afetando suas relações interpessoais e a comunicação com pares e adultos. Kumamoto (2014), Vasconcelos (2007) e Saad & Goldfeld (2009) abordam o autismo, destacando que a inclusão social é uma dificuldade comum entre indivíduos com TEA, além de apresentarem limitações em assimilar estímulos do ambiente e reproduzi-los de forma eficiente. Esse estudo busca compreender como a prática psicomotora pode facilitar o processo de socialização de crianças no espectro autista.

Para isso, foi realizada uma análise detalhada de estudos recentes que avaliam os efeitos da Psicomotricidade Relacional em crianças autistas. Os trabalhos analisados enfatizam que a introdução de atividades lúdicas e interativas no programa de intervenção promove ganhos expressivos na relação com objetos, com o terapeuta e com os colegas. Entre as estratégias observadas, destacam-se o jogo de imitação, o uso de objetos transicionais e a participação em atividades cooperativas.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa e descritiva. Os dados foram coletados por meio de registros fotográficos, gravações em vídeo e observações diretas, possibilitando um acompanhamento detalhado da evolução da criança durante as sessões.

Os resultados demonstraram que a Psicomotricidade Relacional promoveu melhorias na socialização, na comunicação e na relação afetiva da criança com os diferentes elementos do ambiente terapêutico. A pesquisa apontou que, ao longo das sessões, houve uma progressiva redução de comportamentos de isolamento e um aumento das interações espontâneas.

Outro achado relevante foi a importância dos objetos transicionais na mediação das interações. O estudo verificou que o uso direcionado desses objetos possibilitou avanços significativos na comunicação não verbal e no engajamento da criança nas atividades propostas.

A abordagem microgenética foi utilizada para monitorar a evolução da criança ao longo das sessões, permitindo uma análise detalhada das mudanças comportamentais. A pesquisa evidenciou que a flexibilidade do programa e a capacidade de adaptação às necessidades da criança foram fatores determinantes para o sucesso da intervenção.

Na conclusão do estudo, destaca-se que a Psicomotricidade Relacional se

mostrou uma abordagem eficaz para a promoção da socialização de crianças autistas. Além disso, a pesquisa ressalta a necessidade de ampliar investigações na área, buscando aprimorar ainda mais os protocolos de intervenção. Os resultados reforçam que a inclusão de práticas psicomotoras no contexto terapêutico-educacional deve ser considerada uma prioridade, pois oferece um caminho acessível e eficaz para estimular a socialização e a comunicação de crianças com TEA.

Dessa forma, a Psicomotricidade Relacional se apresenta como uma estratégia inovadora e promissora para a construção das interações sociais no desenvolvimento infantil.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, esta pesquisa atingiu seus objetivos de investigar a contribuição da Educação Física para o desenvolvimento social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A revisão bibliográfica permitiu compreender as relações entre a teoria e a prática pedagógica, destacando a importância das metodologias inclusivas na promoção da socialização desses estudantes no ambiente escolar, os achados evidenciaram que a Educação Física, quando planejada com estratégias adaptadas, desempenha papel fundamental no fortalecimento das interações sociais, na comunicação e na participação ativa das crianças com TEA.

A análise dos artigos revisados demonstrou que abordagens como jogos estruturados, atividades psicomotoras e a Psicomotricidade Relacional são recursos pedagógicos eficazes na redução do isolamento social e no estímulo à cooperação entre os alunos, e esses elementos reforçam que a Educação Física não deve ser vista apenas como um espaço de desenvolvimento motor, mas também como um ambiente que favorece a construção de vínculos sociais e o sentimento de pertencimento. A fundamentação teórica utilizada destacou a relevância das contribuições de Vygotsky, Piaget, dentre outros autores citados na construção da pesquisa, cujas perspectivas ressaltam que o desenvolvimento ocorre em meio às interações sociais e que a aprendizagem se dá de forma mais efetiva quando há mediação e suporte adequados.

A Pedagogia Crítico-Superadora, discutida por Saviani, destaca a Educação Física como um importante instrumento de transformação social e de promoção da inclusão na escola. Contudo, a pesquisa evidenciou que ainda existem desafios estruturais e formativos que dificultam a implementação de práticas inclusivas nessa área, entre eles, foi destacado a escassez de programas de formação continuada para os professores, a falta de materiais pedagógicos adequados e a ausência de suporte multidisciplinar, fatores que se configuram como barreiras à consolidação da inclusão escolar.

Assim, torna-se imprescindível o investimento em políticas educacionais que fortaleçam a capacitação docente e a estruturação de metodologias que atendam às necessidades dos estudantes com TEA. Os resultados da análise concluíram que a Educação Física tem um impacto positivo e significativo no desenvolvimento social das crianças com TEA, desde que seja conduzida com metodologias inclusivas,

respaldadas por políticas educacionais que garantam suporte contínuo a professores e alunos.

O presente estudo reforça a imensa necessidade de transformar a Educação Física em um espaço acessível, no qual todos os estudantes tenham oportunidades reais de socialização e aprendizagem, promovendo, assim, um ambiente escolar mais inclusivo e humanizado. Espera-se que este estudo possa contribuir para a formulação de estratégias que tornem a Educação Física um espaço verdadeiramente inclusivo, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. **As relações entre pares em idade escolar**: estudo e avaliação da competência social pelo método Q-sort. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Braga, 1997.

ALMEIDA, M. R. A formação docente e a inclusão escolar: desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 2, p. 123-137, 2021.

ALVES, B. dos S.; SILVA, E. V. A. Protocolos de jogos e brincadeiras que contribuirão para a socialização/interação social de crianças/alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 11, p. 30428–30438, 2023. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/65143>.

ALVES, B. dos S.; SILVA, E. V. A. Protocolos de jogos e brincadeiras que contribuirão para a socialização/interação social de crianças/alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 11, p. 30428–30438, 2023. Disponível em:
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/65143>.

AMARAL, J. D. **Jogos cooperativos**. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2007.

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5**. 5. ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

AQUINO, M. F. S. *et al.* A psicomotricidade como ferramenta da Educação Física Escolar. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 4, n. 14, p. 245-257, 2012. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/145/150>.

ARAÚJO, Á. C.; LOTUFO NETO, F. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 16, n. 1, p. 67-82, abr. 2014. Disponível em:
<https://www.rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/659>.

BARON-COHEN, S. **Theory of mind and autism**: A review. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARRETO, A. C.; SILVA, M. R.; SOUZA, V. F. M. Formação docente e inclusão: professores de educação física e olhares sobre estudantes com necessidades especiais. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. e3898065-e3898065, 2023. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/3898/1384>.

BENJAMIM, E. E. R. B. **Efeitos de um programa de psicomotricidade relacional no meio aquático sobre o comportamento social em crianças com transtorno do espectro autista**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

BENTO, A. **Efeitos do exercício físico para a melhora na qualidade de vida em**

crianças com transtorno do espectro autista. 2023.

BEZERRA, M. M. da S. **A visão docente sobre a inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar: desafios e possibilidades.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes familiares. **Gov.br**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI.** Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BREMER, E.; CROZIER, M.; LLOYD, M. A systematic review of the behavioural outcomes following exercise interventions for children and youth with autism spectrum disorder. **Autism**, v. 20, n. 8, p. 899-915, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362361315616002>.

CHU, C-C.; PAN, C-Y. The effect of peer- and sibling-assisted aquatic program on interaction behaviors and aquatic skills of children with autism spectrum disorders. **Research in Autism Spectrum Disorders**, v. 6, n. 1, p. 121–130, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1750946712000219>.

CINTRA, R.; OLIVEIRA, E.; OLIVEIRA, É. A importância da ludicidade na Educação Infantil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 5698–5708, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-386>.

COELHO, A. P. M. A. **Perfil psicomotor em crianças com e sem autismo: um estudo comparativo.** Dissertação (Mestrado em Supervisão Pedagógica) – Universidade da Beira Interior Ciências Sociais e Humanas, Covilhã, Portugal, 2011. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2737/1/Perfil%20Psicomotor%20Ana%20Paula%20Coelho.pdf>.

COSTA, C.; FERREIRA, M.; LEITÃO, M. Aulas de Educação Física: inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Educação Online**, n. 26, p. 80-96, 2017. Disponível em: <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/341>.

COSTA, J. A. *et al.* Contribuições para a inclusão alunos com transtorno do espectro

autista nas aulas de educação física no ensino fundamental. *In: Congresso Nacional de Educação*, 10, 2024. **Anais** [...]. Campina Grande: CONEDU, 2024.

CRUZ, D. E.; CUNHA, A. A. C.; AMARAL, J. F. A importância da educação física no ambiente escolar: contribuições, na formação do indivíduo crítico e consciente.

Revista Eletrônica Nacional de Educação Física, v. 5, n. 7, p. 2-16, 2022.

Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/5550>.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas, na escola e na família. Rio de Janeiro, Brasil: Wak, 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2020.

FALKENBACH, A. P. *et al.* A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Revista Movimento**, v. 13, n. 2, p. 37-53, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115314280003.pdf>.

FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. **ProESC**, 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-oque-a-escola-precisa-fazer>.

FONSECA, Tatiane; LIMA, Ricardo. **Interação social e desenvolvimento infantil através da Educação Física**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FURNEAUX, B.; ROBERTS, B. **Autistic children**: Teaching, community and research approaches. Londres: Routedge and Kegan Paul Ltd, 1979.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo O Desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

GALLAHUE, D. L.; OZUMN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943. Disponível em: <http://www.th-hoffmann.eu/archiv/kanner/kanner.1943.pdf>.

KISHIMOTO, T. M. (Org). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KLUTH, P. **Preparando-se para a escola**: dicas de transição para alunos com autismo. São Paulo: Fundação José Luiz Egydio Setúbal, 2019. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/cartilhas/preparando-se-para-a-escola-dicas-de-transicao-para-alunos-com-autismo/>.

KLUTH, P. **You're going to love this kid**: Teaching students with autism in the inclusive classroom. Baltimore: Brookes Publishing, 2010.

KUMAMOTO, L. H. M. C. C. Autismo: uma abordagem psicomotora. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 5, n. 2, p. 231-238, 2014. Disponível em: <https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/download/1373/367>.

LAUREANO, C. G.; FIORINI, M. L. S. Possibilidades Psicomotricidade em aulas de educação física para alunos com transtorno do espectro autista. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 22, n. 2, p. 317-332, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10402>.

LAWSON, R. P.; REES, G.; FRISTON, K. J. An aberrant precision account of autism. **Frontiers in human neuroscience**, v. 8, p. 302, 2014. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/human-neuroscience/articles/10.3389/fnhum.2014.00302/full>.

LEE, M. *et al.* Benefits of physical exercise for individuals with fragile X syndrome in humans. **Journal of Lifestyle Medicine**, v. 5, n. 2, p. 35-38, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26770889/>.

LEIVAS, P. S. L. **Percepção dos professores de Educação Física sobre a inclusão de crianças e jovens com transtorno do espectroautista (TEA)no ambiente escolar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LIMA, A. F. C. de *et al.* A Influência de práticas pedagógicas terapêuticas não verbais no transtorno do espectro autista: as possibilidades para o profissional de educação física. **Motricidade**, v. 13, p. 87-96, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2730/273052514010.pdf>.

LIMA, A. F. C. *et al.* A Influência de práticas pedagógicas e terapêuticas não verbais no transtorno do espectro autista: as possibilidades para o profissional de educação física. **Motricidade**, v. 13, p. 87-96, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6063/motricidade.12867>.

LIMA, V. C. **A formação continuada de docente para a educação inclusiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/997>.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, M. T. É. Prefácio. *In*: MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São

Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, R. **Questões Sobre a Identidade da Psicomotricidade**. Progressos em Psicomotricidade. Cruz Quebrada: Edições FMH, 2001.

MAUERBERG-DECASTRO, E. *et al.* Atividade física para todos. **Unesp**, 2000. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/ib/e_fisica/abertura.htm.

MEMARI, A. H. *et al.* children with autism spectrum disorder and patterns of participation in daily physical and play activities. **Neurology Research International**, v. 2015, p. 1-6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2015/531906>.

MERCADANTE, M. T.; ROSÁRIO, M. C. do. **Autismo e Cérebro Social**. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOTA, C. **Autismo na Educação Infantil**: um olhar para interação social e Inclusão Escolar. Editora Appris, 2021.

PAN, C-Y. The efficacy of an aquatic program on physical fitness and aquatic skills in children with and without autism spectrum disorders. **Research Autism Spectrum Disorders**, v. 5, n. 1, p. 657-665, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1750946710001248>.

PAULO, V. **Resumo de Direito Constitucional Descomplicado**. 6. ed. São Paulo: Método, 2012.

PETITO, M. **Jogos cooperativos como ferramenta de inclusão na educação física escolar**. Brasília: Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, 2013.

PIAGET, J. A linguagem e as operações intelectuais. *In*: AJURIAGUERRA, J. *et al.* (orgs.). **Problemas de psicolinguística**. São Paulo: Mestre Jou, 1973. p. 89.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos técnicos da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAVAZZI, L; GOMES, N. M. Levantamento Bibliográfico sobre educação física e autismo. *In*: Encontro Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Educação Especial, 7, 2011. **Anais [...]**. VII Encontro Da Associação Brasileira De Pesquisadores Em Educação Especial. Londrina: UEL, 2011. p. 934-944. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/esporte/089-2011.pdf>.

RIBEIRO, T. C. **Epidemiologia do transtorno do espectro do autismo**: rastreamento e prevalência na população. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Educação Física: formação de professores e inclusão. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 317-333, 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092017000200317&script=sci_abstract.

RUTTER, M.; LE COUTEUR, A.; LORD, C. **ADI-R**: entrevista de diagnóstico de autismo revisada. Los Angeles: Western Psychological Services, 2003.

SAAD, A. G. de F.; GOLDFELD, M. Ecolalia e desenvolvimento da linguagem de pessoas autistas: uma revisão bibliográfica. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 21, n. 3, p. 255-260, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pfono/v21n3/13.pdf>.

SANTOS, T. W.; SÁ, R. A. de. O olhar complexo sobre formação continuada de professores para a utilização pedagógica das tecnologias e mídias digitais. **Educar em Revista**, v. 37, p. e 72722, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/MyDRrjQnCgmcQ8wChz3PKsR/>.

SANTOS, W. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, p. 3007-3015, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n10/3007-3015>.

SHERRILL, C. **Atividade Física Adaptada, Recreação e Esporte**. Boston: McGraw-Hill, 2004.

SILVA, F. C.; SOUZA, M. F. S. Psicomotricidade: Um caminho para intervenção com crianças Autistas. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16017>.

SILVA, F. D. O.; TAVARES, H. M. Psicomotricidade relacional na escola infantil tradicional. **Revista da Católica**, v. 2, n. 3, p. 348-363, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16627091-Psicomotricidade-relacional-na-escola-infantil-tradicional.html>.

SILVA, J.; PEREIRA, L.; ALMEIDA, R. O jogo na escola: uma análise da intenção pedagógica de professores de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física**, v. 22, n. 3, p. 45-60, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637679>.

SIMEÃO, D. L. O. **Os efeitos do programa de intervenção da psicomotricidade relacional com a criança autista na construção das interações sociais**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/9e8ff6bc-959a-4be1-92a8-b50546e22109>.

STORCH, E. A. *et al.* The effect of cognitive-behavioral therapy versus treatment as usual for anxiety in children with autism spectrum disorders: a randomized, controlled trial. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 52,

n. 2, p. 132-142, 2013. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0890856712008738>.

TAN, B. W.; POOLEY, J. A.; SPEELMAN, C. P. A Meta-Analytic Review of the Efficacy of Physical Exercise Interventions on Cognition in Individuals with Autism Spectrum Disorder and ADHD. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 46, n. 9, 2016. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/305277002_A_Meta-Analytic_Review_of_the_Efficacy_of_Physical_Exercise_Interventions_on_Cognition_in_Individuals_with_Autism_Spectrum_Disorder_and_ADHD.

TOLIPAN, S. **Autismo**: orientação para os pais/Casa do Autista. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

VAN MUNSTER, M. de A.; ALVES, M. L. T. Educação Física Inclusão de estudantes com deficiência no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 19, n. 2, p. 171-184, jul./dez. 2018. Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/8739>.

VASCONCELOS, T. **Efeitos de um programa psicomotor em indivíduos com perturbações do espectro do autismo**: três estudos de caso. Porto: Faculdade de desporto da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14814/2/7061.pdf>.

VIEIRA, J. L. Psicomotricidade relacional: a teoria de uma prática. **Perspectivas Online**, v. 3, n. 11, 2014. Disponível em:
<https://biblat.unam.mx/hevila/Perspectivasonline/2009/vol3/no11/14.pdf>.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in society**: The development of higher psychological processes. Massachusetts: Harvard University Press, 1978.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Lisboa: Antídoto, 1979.

WING, L. The continuum of autistic characteristics. In: SCHOPLER, E.; MESIBOV, G. B. (Eds.). **Diagnosis and assessment in autism**. New York: Springer, 1979. p. 91-110.

YANARDAG, M.; AKMANOGLU, N.; YILMAZ, I. The effectiveness of video prompting on teaching aquatic play skills for children with autism. **Disability And Rehabilitation**, v. 35, n. 1, p. 47-56, 2013. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3109/09638288.2012.687030>.

YILMAZ, I. *et al.* Effects of most to least prompting on teaching simple progression swimming skill for children with autism. **Education and Training in Autism and Developmental Disabilities**, p. 440-448, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23880116>.